



# DIÁRIO da Assembleia da República

VIII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1999-2000)

## REUNIÃO PLENÁRIA DE 7 DE ABRIL DE 2000

Presidente: Ex.<sup>mo</sup> Sr. João Bosco Soares Mota Amaral

Secretários: Ex.<sup>mos</sup> Srs. José Ernesto Figueira dos Reis  
José de Almeida Cesário  
António José Carlos Pinho

## SUMÁRIO

O Sr Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 25 minutos

Em sessão de perguntas ao Governo, o Sr Secretário de Estado do Ambiente (Rui Gonçalves) deu resposta a pergunta formulada pelo Sr Deputado Herculano Gonçalves (CDS-PP), sobre a construção de um aterro de resíduos industriais no distrito de Santarém, e aos pedidos de esclarecimento adicionais dos Srs Deputados João Sequeira (PS), Luisa Mesquita (PCP), Mário Albuquerque (PSD) e Fernando Pésinho (Os Verdes). Em interpelação a Mesa, o Sr Deputado Octávio Teixeira (PCP) solicitou informação sobre o motivo por que estava a haver dificuldades com a entrada de pessoas que queriam assistir ao debate relativo a esta pergunta, tendo também usado da palavra o Sr Deputado Herculano Gonçalves

Aquele Sr Secretário de Estado respondeu também à pergunta do Sr Deputado Francisco Louçã (BE), relativa à regeneração de óleos usados e solventes orgânicos, assim como aos pedidos de esclarecimento adicionais formulados pelos Srs Deputados Joaquim Matias (PCP), Natalina Moura (PS), Jose Eduardo Martins (PSD) e Fernando Pésinho (Os Verdes)

O Sr Deputado Manuel Moreira (PSD) formulou uma pergunta acerca da construção do porto de abrigo da Aguda, freguesia de Arcozelo, concelho de Vila Nova de Gaia, a que respondeu também o Sr Secretário de Estado do Ambiente, assim como ao pedido de esclarecimento adicional apresentado pelo Sr Deputado Honório Novo (PCP).

A pergunta do Sr Deputado Fernando Pésinho (Os Verdes), sobre as estratégias e soluções para o tratamento dos resíduos industriais banais, bem como às perguntas adicionais formuladas pelos Srs Deputados Joaquim Matias (PCP), Herculano Gonçalves (CDS-PP) e Fernando Santos Pereira (PSD) respondeu igualmente o Sr Secretário de Estado do Ambiente

O Sr Deputado José Carlos Tavares (PS) formulou uma pergunta acerca da linha do Minho, à qual deu resposta o Sr Secretário de Estado dos Transportes (Guilhermino Rodrigues), que também respondeu aos pedidos de esclarecimento adicionais dos Srs Deputados Agostinho Lopes (PCP), Fernando Santos Pereira (PSD), Fernando Moreno (CDS-PP) e Marques Júnior (PS)

A pergunta sobre o crédito à habitação e revitalização do mercado de arrendamento, formulada pelo Sr Deputado Miguel Coelho (PS), e às perguntas adicionais dos Srs Deputados Margarida Botelho (PCP), Castro de Almeida (PSD) e António Dias Baptista (PS) respondeu a Sr<sup>a</sup> Secretária de Estado da Habitação (Leonor Coutinho)

O Sr Secretário de Estado do Trabalho e Formação (Paulo Pedroso) respondeu à pergunta formulada pelo Sr Deputado Honório Novo (PCP), acerca da situação na empresa Arco-Têxteis de Santo Tirso, bem como ao pedido de esclarecimento adicional do Sr Deputado Fernando Jesus (PS)

A Sr<sup>a</sup> Deputada Maria do Céu Ramos (PSD) formulou uma pergunta sobre o hospital regional de Évora, que foi respondida pela Sr<sup>a</sup> Ministra da Saúde (Manuela Arcanjo), assim como os pedidos de esclarecimento adicionais formulados pelos Srs Deputados Lino de Carvalho (PCP), Carlos Martins (PSD), Mafalda Troncho (PS) e Pedro Mota Soares (CDS-PP)

Entretanto, foram aprovados dois pareceres da Comissão de Ética relativos à substituição de um Deputado do PSD e outro do CDS-PP

O Sr Presidente encerrou a sessão eram 13 horas e 35 minutos

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Srs Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão

*Eram 10 horas e 25 minutos.*

*Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados.*

**Partido Socialista (PS)**

Aires Manuel Jacinto de Carvalho  
 Alberto Bernardes Costa  
 Alexandre António Alves Chaves  
 António Alves Marques Júnior  
 António Alves Martinho  
 António Bento da Silva Galamba  
 António Fernandes da Silva Braga  
 António Fernando Marques Ribeiro Reis  
 António Fernando Menezes Rodrigues  
 António Jorge Freire de Brito Calvete  
 António José Gavino Paixão  
 António Manuel Dias Baptista  
 António Manuel do Carmo Salero  
 Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho  
 Artur Rodrigues Pereira dos Penedos  
 Bruno Renato Sutil Moreira de Almeida  
 Carlos Alberto  
 Carlos Alberto Dias dos Santos  
 Carlos José Gonçalves Vieira de Matos  
 Casimiro Francisco Ramos  
 Dinis Manuel Prata Costa  
 Eduarda Maria Castro de Sousa  
 Fernando Manuel de Jesus  
 Fernando Pereira Serrasqueiro  
 Filipe Mesquita Vital  
 Francisco Xavier Pablo da Silva Torres  
 Gonçalo Matos Correia de Almeida Velho  
 Isabel Maria Batalha Vigia Polaco d'Almeida  
 Isabel Maria dos Santos Barata  
 Jamila Bárbara Madeira e Madeira  
 João Alberto Martins Sobral  
 João Cardona Gomes Cravinho  
 João Francisco Gomes Benavente  
 João Macedo Lourenço  
 João Pedro da Silva Correia  
 João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira  
 João Rui Gaspar de Almeida  
 Joaquim Sebastião Sarmento da Fonseca Almeida  
 Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira  
 Jorge Lacão Costa  
 Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro  
 José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro  
 José Afonso Teixeira de Magalhães Lobão  
 José Carlos Correia Mota de Andrade  
 José Carlos da Cruz Lavrador  
 José Carlos das Dores Zorrinho  
 José Carlos Lourenço Tavares Pereira  
 José Carlos Pinto Basto Mota Torres  
 José da Conceição Saraiva  
 José de Matos Leitão  
 José Ernesto Figueira dos Reis  
 José Manuel de Medeiros Ferreira  
 José Manuel Pires Epifânio  
 José Manuel Rosa do Egípto  
 José Manuel Santos de Magalhães  
 José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros

José Rodrigues Pereira dos Penedos  
 Jovita de Fátima Romano Ladeira  
 Júlio Francisco Miranda Calha  
 Laurentino José Monteiro Castro Dias  
 Luís Afonso Cerqueira Natvidade Candal  
 Luís Miguel Gomes Miranda Teixeira  
 Luís Pedro de Carvalho Martins  
 Luísa Pinheiro Portugal  
 Luiz Manuel Fagundes Duarte  
 Mafalda Cristina Mata de Oliveira Troncho  
 Manuel António dos Santos  
 Margarida Maria Santos Soares da Rocha Gariso  
 Maria Amélia do Carmo Mota Santos  
 Maria Celeste Lopes da Silva Correia  
 Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa  
 Maria do Céu da Cruz Vidal Lourenço  
 Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro  
 Maria Fernanda dos Santos Martins Catarino Costa  
 Maria Helena do Rêgo da Costa Salema Roseta  
 Maria Isabel da Silva Pires de Lima  
 Maria Isabel Ferreira Coelho de Sena Lino  
 Maria José Vidal do Rosário Campos  
 Maria Luisa Silva Vasconcelos  
 Maria Teresa de Oliveira Ferreira Coimbra  
 Miguel Bernardo Gnestal Machado Monteiro Albuquerque  
 Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura  
 Nelson Madeira Baltazar  
 Nuno Manuel Pereira Baltazar Mendes  
 Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte  
 Paulo Alexandre de Carvalho Pisco  
 Pedro Ricardo Cavaco Castanheira Jorge  
 Renato Luís de Araújo Forte Sampaio  
 Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves  
 Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz  
 Rosalina Maria Barbosa Martins  
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira  
 Rui Manuel Leal Marqueiro  
 Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos  
 Teresa Maria Neto Venda  
 Víctor Brito de Moura  
 Vítor Manuel Alves Peixoto  
 Vítor Manuel Caio Roque  
 Zelinda Margarida Carmo Marouço Oliveira Semedo

**Partido Social Democrata (PSD)**

Adão José Fonseca Silva  
 Álvaro dos Santos Amaro  
 Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto  
 Ana Maria Martins Narciso  
 Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso  
 António da Silva Pinto de Nazaré Pereira  
 António de Carvalho Martins  
 António d'Orey Capucho  
 António Manuel da Cruz Silva  
 Armando Manuel Dinis Vieira  
 Arménio dos Santos  
 Artur Ryder Torres Pereira  
 Bruno Jorge Viegas Vitorino  
 Carlos José das Neves Martins  
 Carlos Manuel Marta Gonçalves  
 David Jorge Mascarenhas dos Santos  
 Eduardo Eugénio Castro de Azevedo Soares  
 Feliciano José Barreiras Duarte  
 Fernando Jorge Loureiro de Roboredo Seara

Fernando Manuel Lopes Penha Pereira  
 Fernando Santos Pereira  
 Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva  
 Henrique José Monteiro Chaves  
 Henrique José Praia da Rocha de Freitas  
 Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves  
 Hugo José Teixeira Velosa  
 João Bosco Soares Mota Amaral  
 João Eduardo Guimarães Moura de Sá  
 João José da Silva Maçãs  
 Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte  
 José António de Sousa e Silva  
 José David Gomes Justino  
 José de Almeida Cesário  
 José Eduardo Rêgo Mendes Martins  
 José Luís Campos Vieira de Castro  
 José Manuel de Matos Correia  
 José Manuel Durão Barroso  
 José Manuel Macedo Abrantes  
 Lucília Maria Samoreno Ferra  
 Luís Manuel Machado Rodrigues  
 Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes  
 Manuel Alves de Oliveira  
 Manuel Castro de Almeida  
 Manuel Filipe Correia de Jesus  
 Manuel Maria Moreira  
 Manuel Ricardo Dias dos Santos Fonseca de Almeida  
 Maria do Céu Baptista Ramos  
 Maria Eduarda de Almeida Azevedo  
 Maria Manuela Dias Ferreira Leite  
 Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro  
 Mário da Silva Coutinho Albuquerque  
 Mário Patinha Antão  
 Melchior Ribeiro Pereira Moreira  
 Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva  
 Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas  
 Nuno Miguel Marta de Oliveira da Silva Freitas  
 Pedro José da Vinha Rodrigues Costa  
 Pedro Manuel Cruz Roseta  
 Rui Manuel Lobo Gomes da Silva

**Partido Comunista Português (PCP).**

Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes  
 Ana Margarida Lopes Botelho  
 António Filipe Gaião Rodrigues  
 Bernardino José Torrão Soares  
 João António Gonçalves do Amaral  
 Joaquim Manuel da Fonseca Matias  
 José Honório Faria Gonçalves Novo  
 Lino António Marques de Carvalho  
 Maria Luísa Raimundo Mesquita  
 Maria Natália Gomes Filipe  
 Maria Odete dos Santos  
 Octávio Augusto Teixeira  
 Vicente José Rosado Merendas

**Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP):**

António Herculano Gonçalves  
 António José Carlos Pinho  
 Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca  
 Fernando Alves Moreno  
 João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo  
 João Nuno Lacerda Teixeira de Melo

Luis Pedro Mota Soares  
 Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró  
 Maria Celeste Ferreira Lopes Cardona  
 Paulo Sacadura Cabral Portas  
 Raúl Miguel de Oliveira Rosado Fernandes  
 Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

**Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV)**

Fernando Carlos Almeida Pésinho

**Bloco de Esquerda (BE)**

Francisco Anacleto Louçã

**O Sr Presidente (Mota Amaral) — Srs Deputados,** como não há expediente, vamos passar, de imediato, à ordem do dia, que consta de perguntas ao Governo

A primeira pergunta, conforme foi acordado na Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares, formulada pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, sobre a regeneração de óleos usados e solventes orgânicos, será respondida pelo Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território

**O Sr Secretário de Estado do Ambiente encontra-se presente, mas não se encontra presente nenhum dos Srs. Deputados do Bloco de Esquerda**

Vamos passar, por isso, à segunda pergunta, formulada pelo Sr. Deputado do PSD Manuel Moreira, sobre a construção do porto de abrigo da Aguda, freguesia de Arcozelo, concelho de Vila Nova de Gaia, que também será respondida pelo Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território.

Acabam de me informar que o Sr. Deputado Manuel Moreira está a caminho de Timor, na missão parlamentar Pelos vistos, está cá! Há várias versões sobre a situação actual do Sr. Deputado Manuel Moreira!

*Pausa.*

Dado que também o Sr Deputado Manuel Moreira não se encontra presente, vamos passar à terceira pergunta, formulada pelo Grupo Parlamentar do Partido Ecologista «Os Verdes», sobre as estratégias e soluções para o tratamento dos resíduos industriais banais, e também será respondida pelo Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território

Como também não se encontra presente qualquer Deputado do Grupo Parlamentar do Partido Ecologista «Os Verdes», vamos passar à quarta pergunta, formulada pelo Sr. Deputado do CDS-PP Herculano Gonçalves, sobre a construção de um aterro de resíduos industriais no distrito de Santarém, e também será respondida pelo Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território

Para formular a pergunta, tem a palavra o Sr Deputado Herculano Gonçalves

**O Sr Herculano Gonçalves (CDS-PP) — Sr Presidente, Sr as e Srs Deputados, Sr. Secretário de Estado do Ambiente, o concelho de Alcanena é um dos mais poluídos de Portugal, uma vez que aqui impera a indústria de curtumes, que é extremamente poluente. Existe já, há algum tempo; um aterro sanitário para a deposição dos resíduos industriais provenientes de todas as fábricas de curtumes.**

Pensamos que a população de Alcanena está ambientalmente penalizada, porque, actualmente, este pe-

queno concelho já recebe os resíduos da indústria de curtumes produzidos em todo o País

Temos de referir aqui que, desde há várias décadas, quer o solo quer a atmosfera deste concelho estão saturados com um produto químico altamente perigoso — o crómio —, visto que, desde o início da utilização deste metal pesado no curtume das peles, os resíduos têm sido depositados anarquicamente. Só ultimamente existe aterro adequado para o efeito.

Pelo facto atrás exposto, o concelho de Alcanena é dos concelhos a nível nacional com maior incidência de cancro, que aí atinge níveis dramáticos.

Neste momento, o Governo português prepara-se — e bem! — para legalizar 19 novos aterros sanitários para resíduos industriais, tendo os referidos pedidos de autorização prévia de aterros dado entrada, até ao dia 28 de Dezembro último, no Instituto dos Resíduos.

Por informação do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território foram presentes três pedidos de autorização relativamente ao distrito de Santarém, a saber: Quinta dos Gagos, no concelho de Almeirim, Ferro de Engomar, no concelho da Chamusca, e Quinta da Fidalga, no concelho de Alcanena.

Se me for permitido, transmutaria a esta Câmara o que é referido na comunicação social regional.

Relativamente à Quinta dos Gagos, no concelho de Almeirim, houve uma decisão camarária no sentido de ser rejeitado liminarmente, e este aterro não avança, relativamente ao Ferro de Engomar, no concelho da Chamusca, existe consenso entre as populações e a autarquia, e este aterro está em condições de avançar, relativamente à Quinta da Fidalga, no concelho de Alcanena, não existe consenso entre as populações, pois estas já se manifestaram, inclusivamente a RTP já mostrou essas manifestações a todo o País. Penso que quase todos os partidos com assento nesta Assembleia já visitaram o local e já se manifestaram contra o aterro.

Sr Presidente, Srs. Deputados. Infelizmente, e para desgraça da população de Alcanena e freguesias limítrofes, há longos anos martirizada pelo sacrifício na saúde dos seus filhos, que o seu País lhe tem imposto, existe um parecer favorável, emitido pela Câmara Municipal de Alcanena, para que o aterro avance no local apontado.

Permitam-me que vos diga que este parecer vai contra o estipulado no artigo 3º do Decreto-Lei nº 321/99, ...

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Sr Deputado, peço-lhe que conclua.

O Orador — Concluo já, Sr Presidente.

Como dizia, este parecer vai contra o estipulado no artigo 3º do Decreto-Lei nº 321/99, contrariando também a Resolução do Conselho de Ministros nº 98/94, onde é publicado o PDM de Alcanena.

Quero, ainda, referir que não existe parecer da Reserva Agrícola Nacional, que é exigido por lei.

Em face do exposto, pergunto: está o Governo consciente da situação criada e da ilegalidade que se prepara, em total contradição com a vontade das populações mais directamente afectadas? Qual o papel do Instituto dos Resíduos, que funciona sob a tutela directa do Governo, a quem caberá a palavra mais importante na gestão de todo

este processo? Podem as populações ter alguma esperança na actuação do Governo, de modo a que se possa encontrar uma solução justa, equilibrada e que não castigue mais quem sofreu demasiado?

É para isso que servem os governos, e eu estou a dar-lhes voz, porque é para isto que servem os Deputados!

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Para responder, tem a palavra o Sr Secretário de Estado do Ambiente.

O Sr Secretário de Estado do Ambiente (Rui Gonçalves) — Sr Presidente, Sr Deputado Herculano Gonçalves, gostava de lhe transmitir que é com alguma surpresa que o vejo alinhar ao lado dos famosos proponentes da «teoria do NIMBY» — *not in my backyard*.

Quando o Sr Deputado sabe, como acabou de referir, que o Governo está a estudar 19 propostas para a instalação de aterros para resíduos industriais não perigosos..

O Sr. Herculano Gonçalves (CDS-PP) — Traduza isso que disse!

O Orador — Com todo o gosto, Sr. Deputado não no meu quintal. Penso que esta expressão é bastante conhecida da Câmara!

#### *Protestos do PSD e do CDS-PP*

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Srs. Deputados, por favor, deixem o Sr Secretário de Estado exprimir as suas opiniões, qualquer que seja a língua em que o faça!

O Orador — Mas o que está em cima da mesa é um pouco mais importante do que a questão que o Sr. Deputado colocou.

Estão em cima da mesa 19 propostas para a instalação de aterros para resíduos industriais não perigosos no nosso país e facilidades, como todos os Srs Deputados sabem, infelizmente, não existem e eles ainda não estão instalados!

Neste momento, o Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território e o Instituto dos Resíduos estão, como o Sr. Deputado disse, e muito bem, a apreciar essas 19 candidaturas e apraz-me registar que, no caso referido pelo Sr. Deputado, já existe da parte da autarquia local um parecer favorável à instalação do aterro.

No entanto, o Sr. Deputado preferiu ler a imprensa regional, ver a RTP e ouvir algumas pessoas dizerem que não devia haver um aterro naquele local e, em vez de esperar que o processo próprio de apreciação das candidaturas chegasse ao fim, chegou aqui e disse: «Não! Em Alcanena não, porque as pessoas de Alcanena já estão muito sacrificadas, já existe lá muita poluição!» Portanto, o melhor é não analisarmos sequer o problema; o melhor é recusarmo-nos a analisar os problemas, ouvirmos os telediários da RTP e termos a imprensa regional! Isto é, mais uma vez, não contribuir para a resolução do problema dos resíduos em Portugal.

Sr Deputado, deixe-me dizer-lhe que fico desiludido com a sua questão e com a forma como a colocou.

O Ministério está a analisar os processos e a decisão final depende não só da vontade do Ministério mas

também da vontade expressa dos poderes e das autoridades locais.

Devo dizer-lhe que não será instalado qualquer aterro que não corresponda aos exigentes critérios da lei, e isso tanto se aplica a Alcanena, como se aplica ao Porto, como se aplica a Santarém, como se aplica ao Alto Alentejo. Os critérios são iguais e para ser seguidos em todo o País.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente (Mota Amaral).** — Inscreveram-se, para pedir esclarecimentos adicionais, os Srs Deputados Herculano Gonçalves, João Sequeira, Luísa Mesquita e Mário Albuquerque.

Tem a palavra o Sr. Deputado Herculano Gonçalves, dispondo apenas de 1 minuto por já ter gasto 1 minuto e 44 segundos a mais aquando da formulação da pergunta.

**O Sr. Herculano Gonçalves (CDS-PP)** — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, quero dizer que sou um profundo conhecedor do local, porque há 44 anos que aí vivo. Vivo a 1 km do local apontado para este aterro e a 2 km do local onde foi construído — e bem! — o aterro para os resíduos dos curtumes, o qual aceito, assim como toda a população de Alcanena, porque é ali que eles são produzidos na sua grande maioria.

Quero também acrescentar que foi com muito gosto que ouvi o Sr. Secretário de Estado referir a esta Câmara que tudo vai ser feito na legalidade, pelo que, se calhar, é descabido falarmos mais sobre este assunto.

Mas tenho de lhe dizer, ainda, Sr. Secretário de Estado, que o parecer da Câmara Municipal de Alcanena contraria não só os artigos que referi há pouco, nomeadamente um, que diz que um aterro não pode ser construído a menos de 500 m de uma habitação e a menos de 2 km de um aglomerado populacional — e este aterro está praticamente dentro de um aglomerado populacional —, mas também o PDM, já que este local está dentro da Reserva Agrícola Nacional. Para além disto, a Câmara Municipal de Alcanena emitiu um parecer sem ter o parecer dessa Reserva.

Sr. Presidente, penso que isto é gravíssimo e, por isso, gostaria muito que o Sr. Secretário de Estado dissesse a todos se existe, ou não, parecer da Reserva Agrícola Nacional.

**O Sr. Presidente (Mota Amaral):** — Sr. Deputado, já excede o seu tempo. Tem de concluir.

**O Orador** — Vou concluir, Sr Presidente

Penso que é muito importante que a legalidade seja resposta e que o Sr. Secretário de Estado refira a esta Câmara se tudo foi cumprido, ou não.

**O Sr Presidente (Mota Amaral):** — Tem a palavra o Sr Deputado João Sequeira, para o que dispõe de 1 minuto.

**O Sr. João Sequeira (PS).** — Sr Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Deputados, Sr Secretário de Estado do Ambiente, verdadeira prioridade nacional numa área fundamental como o ambiente, o tratamento de resíduos assumiu, no distrito

de Santarém, nos últimos quatro anos, um investimento sem precedentes — cerca de 5 milhões de contos.

Para nós, enquanto Deputados do PS eleitos pelo círculo de Santarém, a gestão de resíduos sólidos é uma condição prévia para a modernização social efectiva e, como tal, afigura-se como uma missão que deve ser assumida por todos os agentes distritais.

Perante este quadro, o tratamento de resíduos industriais banais apresenta-se como o fecho do sistema, pois se, por um lado, o programa de encerramento de lixeiras tem sido um êxito, resolvendo um dos mais graves problemas ambientais do País, por outro, a resposta ao desafio da instalação de soluções para resíduos industriais tem vindo a revelar-se insuficiente.

Assim sendo, o Decreto-Lei n.º 321/99, de 11 de Agosto, que regula a instalação e funcionamento de aterros para resíduos industriais banais, vem assegurar o seu confinamento em condições controladas e sem perigo para a saúde pública e para a segurança de pessoas e bens.

Perante o exposto, e assumindo séria e responsávelmente a gestão de resíduos sólidos como uma questão estratégica na área do ambiente, pergunto, Sr Secretário de Estado, o seguinte: primeiro, qual a situação no distrito de Santarém, e não só em Alcanena, no que diz respeito à instalação de aterros para resíduos industriais banais? Segundo, quais as medidas que o Governo tem vindo a adoptar e prevê tomar em relação a algo que é essencial e determinante para a resolução das questões ambientais relacionadas com resíduos, ou seja, a prevenção da produção de resíduos?

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Presidente (Mota Amaral):** — Tem a palavra a Sr<sup>a</sup> Deputada Luísa Mesquita

**A Sr<sup>a</sup> Luísa Mesquita (PCP):** — Sr Presidente, Srs. Deputados, Sr.<sup>as</sup> Deputadas, Sr Secretário de Estado, quero começar por tranquilizá-lo dizendo-lhe que não vou falar em nome da comunicação social regional, que muito respeito e que um grande trabalho fez nesta matéria, de denúncia de um mau comportamento da informação das câmaras socialistas no distrito de Santarém,

**O Sr Jorge Lacão (PS):** — Eh!

**A Oradora:** — nem vou falar da posição das populações, que, efectivamente, assumiram aquilo que o poder local democrático das Câmaras Municipais de Alcanena e de Almeirim não foi capaz de fazer.

*Protestos do PS*

Peço ao Sr. Presidente que solicite à bancada do Partido Socialista que acalme um pouco para que o Sr. Secretário de Estado me possa ouvir.

**O Sr Presidente (Mota Amaral):** — Sr<sup>a</sup> Deputada, na altura em que eu olhei para a bancada, ela estava calma!

*Risos do PS.*

**A Oradora.** — Sr Presidente, com gritos laterais, é um bocado impossível..

**Protestos do PS.**

O Sr Presidente (Mota Amaral). — Srs Deputados do Partido Socialista, por favor, deixem a Sr.<sup>a</sup> Deputada formular em sossego o pedido de esclarecimento

**A Oradora** — Muito obrigada, Sr Presidente.

Sr Secretário de Estado, há cerca de dois meses, formulei um requerimento a vários ministérios, no sentido de esclarecer as dúvidas que o poder local não quis esclarecer às populações dos concelhos de Alcanena e de Almeirim, mas continuei sem resposta até este momento. O Ministério do Ambiente ainda não respondeu a nenhuma das questões que foram colocadas. Naturalmente, a resposta foi dada ontem e não teve tempo de chegar aqui, hoje.. !

Assim, Sr Secretário de Estado, volto a colocar as questões.

Quais são as áreas que, no distrito de Santarém, se equacionam como hipóteses para a instalação desta infra-estrutura? Quais os estudos realizados que sustentam as diversas opções encontradas? E chamo a atenção do Sr. Secretário de Estado, embora deva sabê-lo tão bem como nós, para o facto de que há três hipóteses Chamusca, Alcanena e Almeirim. Neste momento, e perante a avaliação dos estudos efectuados, já existem decisões quanto à localização definitiva do aterro industrial no distrito? E, finalmente, qual o início e o *terminus* previstos para a execução da obra?

Uma outra questão, que também não foi respondida, é a da validade das certidões emitidas pelas Câmaras Municipais de Alcanena e de Almeirim, as quais infringem tudo aquilo que são instrumentos do ordenamento territorial do distrito de Santarém, e, ainda, porque a única câmara que passou uma certidão, que não tem problemas de questionamento dos instrumentos de ordenamento do território, que sugere e propõe a construção do aterro em locais suficientemente afastados de agregados populacionais, que não tem situações como a de Alcanena, a qual prevê a construção do aterro a cerca de 100 metros de uma escola, que prevê a construção do aterro numa zona de apetência agrícola, onde foram investidos vultosos fundos comunitários .

O Sr. Presidente (Mota Amaral). — Sr.<sup>a</sup> Deputada, terminou o seu tempo. Faça favor de concluir.

**A Oradora:** — Vou concluir, Sr. Presidente

Porquê esta diversidade de posições e porquê o silêncio das Câmaras Municipais de Alcanena e de Almeirim e o silêncio do próprio Ministério do Ambiente?

**Vozes do PCP** — Muito bem!

O Sr. Presidente (Mota Amaral). — Tem a palavra o Sr Deputado Mário Albuquerque

O Sr. Mário Albuquerque (PSD). — Sr Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário de Estado, antes de mais, quero dizer ao Sr. Secretário de Estado que o PSD não está

contra a construção de aterros, quaisquer que eles sejam. Desde que tenham em vista a qualidade de vida das populações e o tratamento de resíduos, obviamente que estamos de acordo

No entanto, neste caso, estamos confrontados com a forma como as coisas estão a ser feitas e termos de lamentar a metodologia de trabalho que está a ser seguida. por que, Sr. Secretário de Estado, há um PDM!

O Governo tem procurado, e bem, pressionar as câmaras municipais, através da legislação, para que tenham os seus PDM, os seus instrumentos de ordenamento do território, no sentido de que esse ordenamento seja feito da melhor maneira possível

Porém, como sabe, a Câmara Municipal de Alcanena desrespeitou o PDM, em função de um pedido de viabilidade que lhe foi apresentado, há um terreno com vocação agrícola que recebeu dinheiros comunitários, há a contestação das populações, não só do concelho de Alcanena mas também do concelho de Torres Novas, particularmente de Parceiros de S João e da Zibreira; há a pretensão de instalar um aterro a menos de 2 km de um aglomerado populacional, contrariando o regime que está estabelecido para esse efeito..

Sr. Secretário de Estado, estas são preocupações com as quais o PSD não pode deixar de comungar em função das razões que nos são apresentadas pelas populações. É desta questão que estamos aqui a tratar hoje, Sr Secretário de Estado.

Pretendemos, pois, que nos diga claramente se concorda ou não com todos estes pressupostos, os quais violam frontalmente tudo aquilo que tem sido dito em termos de ordenamento do território

**Aplausos do PSD**

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Pésinho.

O Sr. Fernando Pésinho (Os Verdes) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr Secretário de Estado, também lemos com alguma frequência a imprensa local e regional, mas a nossa fonte de informação não é apenas essa imprensa, que muito respeitamos

Nós próprios, tivemos oportunidade de nos deslocar à freguesia de Bugalhos, mais propriamente ao lugar de Casais Romeiros, no concelho de Alcanena, e verificámos a situação no terreno. E desde logo, como já aqui foi dito por vários Srs. Deputados, o local que é apontado viola o artigo 3º, n.º 1, alíneas a), b) e c) do Decreto-Lei n.º 321/99.

Contudo, deparamos também (e era isto que queria perguntar ao Sr. Secretário de Estado, se já teve oportunidade de se deslocar ao local, ou alguém do seu Ministério, para verificar as condições em que ele se encontra) com a existência de uma lixeira. Existe uma lixeira — a nosso ver, ilegal — com um conjunto vasto de toneladas de raspas que estão a ser enterradas no local.

Assim, a pergunta que deixamos, independentemente da solidariedade que possamos expressar com as populações que têm lutado contra esta situação, é se aquilo que ali está a acontecer é a tentativa de transformar uma situação de facto numa situação de direito.

**O Sr António Filipe (PCP) — Muito bem!**

**O Sr. Presidente (Mota Amaral) —** Para responder, tem a palavra o Sr Secretário de Estado do Ambiente, para o que dispõe de 10 minutos

**O Sr. Secretário de Estado do Ambiente —** Sr Presidente, Sr Deputado Herculano Gonçalves, de facto, o Sr. Deputado colocou a questão no seu devido ponto existe uma regulamentação feita e aprovada pelo Governo, uma regulamentação muito estrita em relação à instalação dos aterros para os resíduos industriais banais, que vários Srs Deputados citaram aqui — o Decreto-Lei n.º 321/99. É no âmbito dessa regulamentação estrita, e de que os Srs. Deputados acabaram de citar algumas disposições, que estão a ser apreciados pelo Ministério do Ambiente e, no caso concreto, pelo Instituto dos Resíduos as propostas de localização dos aterros.

Portanto, é no quadro deste decreto-lei que serão aceites ou não pelo Ministério do Ambiente algumas das 19 propostas que, felizmente, estão em cima da mesa

Aquilo que poderei dizer em relação à proposta de um aterro em Alcanena, neste momento, é exactamente aquilo que direi em relação a qualquer outra das 19 propostas, ou seja, que elas estão a ser apreciadas à luz do disposto no decreto-lei e nenhum aterro será, seguramente, aprovado que não esteja em consonância com o disposto no próprio decreto-lei.

Aliás, gostaria de salientar, Srs Deputados, que o Decreto-Lei n.º 321/99 é especialmente exigente em termos das normas a cumprir para a instalação dos aterros e de vos lembrar que, de uma forma geral, os resíduos industriais não perigosos apresentam níveis de perigosidade para a saúde pública muito inferiores aos próprios resíduos urbanos

Portanto, temos de ter a verdadeira noção do que estamos aqui a falar e da urgência e necessidade de termos aterros por todo o País para os resíduos industriais banais, sem o que eles continuarão, como disse, e bem, o Sr Deputado de Os Verdes, a ser depositados em lixeiras, na berma das estradas, ou lançados para os nossos rios

Aliás, é curioso verificar que só quando estão em cima da mesa projectos concretos para a resolução do problema é que aparece, não só nesta Assembleia mas também noutras *fora*, a referência à existência de lixeiras

É bom que essas referências apareçam, mas gostaria que os Srs. Deputados estivessem conscientes de que isto é um problema bastante grave no nosso país e que era importante que os Srs. Deputados também se preocupassem com os problemas concretos, que já hoje existem, e que confiassem um pouco mais na capacidade da Administração Pública e do Governo para, de acordo com as leis em vigor em Portugal, escolherem sítios adequados para a deposição final dos resíduos industriais não perigosos

Assim, em relação ao que a Sr.ª Deputada Luisa Mesquita questionou, é evidente que a minha resposta só pode ir no mesmo sentido. Aliás, há algo que é importante esclarecer, o Governo não está a distribuir aterros pelo País e um por distrito. Poderá haver casos em que haja dois ou três aterros no mesmo distrito e poderá haver casos de distritos sem aterro. Isso dependerá do processo de avaliação e da capacidade de cada um dos aterros

Apraz-me registar que, no caso dos três aterros propostos para o distrito de Santarém, parece haver, pelo menos, uma localização que não oferece, neste momento, qualquer contestação por parte dos Srs Deputados nem dos órgãos de comunicação social, que muito apreciamos e sempre lemos, nem de outras forças vivas

Portanto, Sr Presidente e Srs Deputados, esperemos calmamente, dentro dos prazos previstos no próprio decreto-lei, pela apreciação que o Instituto dos Resíduos está a fazer e confiemos que a selecção dos locais para os aterros seja a mais adequada para defender o interesse público, o bem público e a saúde pública e que esta Câmara possa, depois, acompanhar a decisão que vier a ser tomada

*Aplausos do PS*

**O Sr Octávio Teixeira (PCP) —** Sr Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa

**O Sr Presidente (Mota Amaral) —** Tem a palavra, Sr Deputado

**O Sr Octávio Teixeira (PCP) —** Sr Presidente, acabei de ter conhecimento de que estão à porta da Assembleia várias pessoas que, por acaso, vinham assistir ao debate sobre esta questão e que, pelos serviços que estão à porta, tem sido, até este momento, impedida a sua entrada, dizendo que a sessão ainda não começou, ou algo parecido. Foi a informação que me deram, embora eu já veja aqui pessoas a assistir, e ainda bem, o que significa que as portas foram abertas. Mas, para essas outras pessoas, não o foram!

**A Sr.ª Manuela Ferreira Leite (PSD) —** Já não é a primeira vez!

**O Orador —** Sr Presidente, acho isto muito estranho e solicito que analise o que está a passar-se e por que razão se tomam estas posições. Do meu ponto de vista, se a informação que me foi dada for totalmente correcta, é uma situação inadmissível

**Vozes do PCP — Muito bem!**

**O Sr Presidente (Mota Amaral) —** Sr Deputado Octávio Teixeira, não tenho conhecimento de tal facto. As portas que dão acesso às galerias estão abertas há meia hora, desde que começámos os trabalhos

Vou mandar investigar imediatamente o que está a passar-se, dado que todos os cidadãos têm direito a aceder à Sala das Sessões. Esse é um dos privilégios de que gozamos e que fazemos partilhar com todos os nossos concidadãos. Qualquer impedimento não tem fundamento e deve ser imediatamente eliminado

**O Sr Herculano Gonçalves (CDS-PP) —** Sr Presidente, peço a palavra para uma interpelação à Mesa

**O Sr. Presidente (Mota Amaral) —** Tem a palavra, Sr Deputado

**O Sr Herculano Gonçalves (CDS-PP)** — Sr. Presidente, no seguimento da interpelação do Sr Deputado Octávio Teixeira, também eu queria abordar essa questão.

Também tenho conhecimento desse facto e não é a primeira vez que tal sucede quando o CDS-PP traz a esta Câmara problemas Há uns tempos atrás, também foi vedada a entrada a pessoas que queriam assistir a um debate. É a segunda vez que isto acontece.

No entanto, Sr. Presidente, gostaria de dizer que, possivelmente, as pessoas de Alcanena, que queriam assistir a este debate, não estavam presentes não só porque pensavam, devido à informação que eu lhes dei, que o mesmo nunca ocorreria antes das 11 horas mas também porque o Sr Presidente alterou a ordem de trabalhos, uma vez que começámos pela quarta pergunta quando deveríamos ter começado pela primeira.

**Vozes do PS** — Porque não estavam os interrogantes!

**O Orador** — É lamentável as pessoas deslocarem-se, fazerem os quilómetros que fizeram e, ao chegarem aqui, verem uma ordem de trabalhos alterada sem qualquer tipo de justificação.

**O Sr Presidente (Mota Amaral)**. — Sr Deputado Herculano Gonçalves, a sua interpelação, na parte final, não tem qualquer fundamento.

**Vozes do PS**. — Muito bem!

**O Sr Presidente (Mota Amaral)**. — O senhor sabe perfeitamente que chamei os Srs Deputados interrogantes, cujas perguntas estavam previstas serem feitas em primeiro, segundo e terceiro lugares, e nenhum deles se encontrava presente na Sala. Não podíamos ficar à espera que eles chegassem para iniciarmos os trabalhos.

**Vozes do PS** — Exactamente!

**O Orador** — Por outro lado — e isto é uma recomendação que faço a todos os Srs Deputados —, a ordem de trabalhos é a que está estabelecida, mas podem ocorrer imprevistos que obriguem à sua alteração. Por conseguinte, quando prevenirem cidadãos para virem assistir a debates, o melhor é dar-lhes como referência a hora de abertura da sessão — até seria desejável que esta fosse sempre às 10 horas.

*Pausa*

Srs Deputados, o Oficial da Segurança acaba de dizer que não está ninguém à entrada.

**O Sr Manuel dos Santos (PS)** — Exactamente!

**O Sr Presidente (Mota Amaral)**. — . . . mas, de qualquer modo, ele vai verificar isso com mais atenção.

Agora, aproveitando a presença do Sr Secretário de Estado do Ambiente, e porque ainda não está presente o membro do Governo que responderá às perguntas seguintes, voltaremos à primeira pergunta, sobre a regeneração de óleos usados e solventes orgânicos, que será formu-

lada pelo Sr. Deputado Francisco Louçã, do Bloco de Esquerda.

**O Sr Rosado Fernandes (CDS-PP)** — Sr Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

**O Sr Presidente (Mota Amaral)** — Tem a palavra, Sr Deputado.

**O Sr Rosado Fernandes (CDS-PP)** — Sr Presidente, confesso que não queria referir o problema da culpabilidade, mas a verdade é que quem chega atrasado devia ser nomeado, porque não há dúvida alguma de que não temos culpa que as pessoas não estejam cá a horas. Nós estávamos a horas, fizemos esse esforço. Quem tem uma resposta para dar, também deveria cá estar. Se não está, é porque não cumpre as suas obrigações.

Trata-se de uma questão de costumes em Alcanena, mas, de qualquer maneira, é uma questão importante.

**O Sr Presidente (Mota Amaral)** — Sr Deputado Rosado Fernandes, devo dizer-lhe o seguinte: estou sentado na Mesa desde as dez e um quarto e aguardei «o quarto de hora universitário e parlamentar», embora o parlamentar seja mais do que um quarto de hora, infelizmente! A partir dessa altura, fiz as diligências necessárias para que as bancadas se prenchessem, conforme aquilo que está estipulado nos nossos costumes.

Portanto, o Sr Deputado terá ouvido, tal como os outros Deputados, que eu chamei vários Deputados para formularem as suas perguntas e que eles não estavam presentes, a saber: em primeiro lugar, o Sr Deputado do Bloco de Esquerda, em segundo lugar, o Sr Deputado Manuel Moreira, tendo até sido dito que ele estava em Timor — felizmente, ainda não estava lá, uma vez que, agora, se encontra presente —, o qual, na altura, se encontrava a caminho de Lisboa, vindo do Porto, e, em terceiro lugar, os Srs Deputados de Os Verdes.

Agora, se fossemos continuar, o que seria a minha intenção, passando para a quinta pergunta da ordem de trabalhos, teríamos de fazer uma grande pausa, porque a pessoa que virá responder por parte do Ministério do Equipamento Social não se encontra ainda no Palácio. Portanto, os nossos trabalhos seriam interrompidos.

Assim, parece-me razoável voltar à pergunta que estava em primeiro lugar na nossa ordem de trabalhos, pelo que dou a palavra ao Sr Deputado Francisco Louçã, para formular a sua pergunta ao Governo. Peço-lhe que seja breve, especialmente breve, já que estamos nestas condições peculiares.

Tem a palavra, Sr Deputado.

**O Sr Francisco Louçã (BE)** — Muito obrigado, Sr Presidente.

Sr.<sup>as</sup> e Srs Deputados, Sr Secretário de Estado tem sido discutida por várias vezes, nesta Assembleia, como é do seu conhecimento, a questão da co-incineração. Não me referirei a ela no que diz respeito ao que ainda será discutido, nesta Câmara e no País, quando a comissão técnica elaborar o seu parecer respeitante à questão da perigosidade, ou não, e aos efeitos ambientais da co-in-

cineração. A nossa pergunta tem um outro sentido, embora esteja relacionada com este tema.

Como o Sr. Secretário de Estado sabe, quando foi fundamentada a necessidade de fazer o acordo com as cimenteiras para o processo de co-incineração, foi indicado, nas várias intervenções do Governo, que haveria três grandes componentes a serem incluídas neste processo: os óleos usados, os solventes e as lamas orgânicas. Por uma resposta que nos deu, num debate que aqui ocorreu, há 15 dias atrás, entendemos que o Governo — mas peço-lhe que confirme se o nosso entendimento está correcto —, neste momento, excluiria a possibilidade de incluir os óleos usados neste processo.

Naturalmente, há boas razões para uma decisão deste tipo, visto que os óleos usados, na maior parte dos casos, podem ser reciclados. Se assim for, esta é a primeira parte da minha pergunta, isto é, queria que confirmasse se o nosso entendimento está correcto.

Mas, em segundo lugar, os solventes orgânicos, em particular, são também recicláveis e já existem, como é do seu conhecimento, unidades industriais que podem fazer essa reciclagem, em Portugal. Portanto, queria saber se também é intenção do Governo, como, porventura, acontecerá no primeiro caso, incluir neste caso a possibilidade de os solventes serem tratados nessas ou noutras unidades com processos de reciclagem.

Em terceiro lugar, queria que me esclarecesse acerca das lamas orgânicas. Por várias vezes, temos insistido, e também o têm feito outros intervenientes neste debate, na necessidade de esclarecer o conteúdo exacto deste termo. É nosso entendimento que as lamas orgânicas são as que estão nos depósitos da Petrogal, mas, quer assim seja, quer não, queria que me esclarecesse sobre o que é que se entende, realmente, por este termo, isto é, o que é que é envolvido neste conceito. Isto para poder perceber, face aos óleos, aos solventes e às lamas orgânicas, qual é, realmente, o menu de materiais que o Governo entende que devem ser considerados se o processo de co-incineração vier a ser adoptado.

O Sr Presidente (Mota Amaral). — Srs Deputados, informo a Câmara que, de acordo com a verificação que foi feita pelos responsáveis da segurança, neste momento, não se encontra ninguém à entrada do Palácio para assistir à sessão. É possível que as pessoas cheguem mais tarde, mas, neste momento, não há ninguém.

Para responder, tem a palavra o Sr Secretário de Estado do Ambiente

O Sr Secretário de Estado do Ambiente: — Sr Presidente, Sr. Deputado Francisco Louçã, é com todo o gosto que venho aqui responder às questões que entendeu formular relativamente aos óleos usados, solventes e lamas orgânicas.

Em primeiro lugar, no que respeita aos óleos usados, quero dizer-lhe que, de facto, tendo em conta a situação actual e os meios ao dispor para a regeneração, a recuperação, a reciclagem e a valorização de óleos usados, é natural que a solução da co-incineração seja posta de lado em relação a este tipo de resíduos.

Aliás, como o Sr Deputado saberá, o quantitativo dos óleos usados, em Portugal, andará à volta de

100 000 t/ano e a quantidade prevista para a co-incineração reduzia-se a umas meras 2000 ou 3000 t. A justificação para tal residia no facto de determinados óleos terem contaminações que os tornavam impróprios para as operações de regeneração e reciclagem. No entanto, estamos confiantes de que nem será necessário encaminhar para a co-incineração esse mínimo quantitativo em relação à produção total nacional de óleos usados, como o Sr. Deputado presumiu, e muito bem, das nossas intervenções anteriores.

Contudo, no que respeita aos solventes, a situação é, infelizmente, um pouco diferente. Existem, de facto, meios de valorização e recuperação de solventes e até já existem, felizmente, algumas empresas comerciais que trabalham nesta área, mas há sempre um grupo de solventes que ainda não têm hipóteses de regeneração e reciclagem. Alguns deles não poderão sequer ser co-incinerados devido ao seu alto teor de contaminação e terão de continuar a ser exportados para locais no estrangeiro onde podem ser depositados definitivamente.

Mas gostava de afirmar que, como tem sido sempre dito nesta Câmara, a prioridade do Governo foi sempre no sentido de privilegiar as soluções de prevenção e de reciclagem e isto está patente no que se passa tanto em relação aos solventes como em relação aos óleos usados. Mas, como digo, não podemos, hoje em dia, e no estado actual de conhecimento, descartar a necessidade de co-incinerar, de incinerar ou de destruir por queima algumas quantidades de solventes.

Finalmente, e quanto à questão das lamas e sólidos orgânicos, digo-lhe o seguinte de facto, a Petrogal, como disse, e, de uma forma mais genérica, as refinarias são grandes produtores de lamas e sólidos orgânicos, portanto, contaremos certamente com as lamas e sólidos orgânicos provenientes das refinarias da Petrogal. Mas, infelizmente, não é só a actividade refinadora que produz lamas e sólidos orgânicos.

A título de exemplo, posso esclarecer-lhe indicando-lhe mais algumas actividades que também dão origem à sua produção: a fabricação de produtos metálicos, as limpezas das instalações da química orgânica de base; a produção de resinas e fibras sintéticas; a produção de tintas e vernizes; a produção de pesticidas, as artes gráficas; a indústria de perfumaria, a produção de produtos farmacêuticos; e, se me permite, a produção química em geral, que dá sempre lugar, em menor ou maior quantidade, à produção de lamas orgânicas no fim do seu processo de fabrico.

O Sr Presidente (Mota Amaral). — Sr Secretário de Estado do Ambiente, o seu tempo esgotou-se, pelo que peço que conclua, por favor

O Orador. — Sr Presidente, estava mesmo a terminar a minha lista de sectores de actividade que produzem lamas e sólidos orgânicos

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr Presidente (Mota Amaral). — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr Deputado Francisco Louçã.

O Sr Francisco Louçã (BE) — Sr. Presidente, Sr Secretário de Estado, o meu pedido de esclarecimentos é muito breve, porque, naturalmente, o senhor poderá produzir, e produzirá certamente, intervenções sobre o fundo desta questão quando voltarmos ao debate sobre a co-incineração

Eu procurava saber — e ainda bem que começou a resposta nesse sentido — estritamente o que é que, na óptica do Governo, é excluído da possibilidade de um processo de reciclagem

Ainda bem que os óleos, todos ou quase todos, vão ser reciclados — esperemos que todos. Como nos indicou isto também pode acontecer a grande parte dos solventes. Tanto quanto deduzimos das informações técnicas que temos vindo a obter, a esmagadora maioria da produção de solventes poderá ser envolvida nesse processo de reciclagem.

No entanto, ao enumerar as fontes de criação das lamas orgânicas, o Sr. Secretário de Estado não fez o mesmo esforço que fez em relação ao processo anterior, que é o de esclarecer qual é a óptica do Governo sobre a parte destas lamas que pode ser reciclada ou tratada de formas diferenciadas que não a co-incineração

Era isto que agradecia que fizesse na sua última intervenção.

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr Deputado Joaquim Matias

O Sr. Joaquim Matias (PCP). — Sr Presidente, Sr Secretário de Estado do Ambiente, estamos a falar do processo de tratamento de resíduos industriais perigosos, designadamente na estratégia dos três «R», e o Sr. Secretário de Estado do Ambiente informou-nos que os óleos já podem ser reciclados e que a produção anual de óleos, em Portugal, é de 100 000 t

As questões que queria colocar-lhe respeitam, justamente, à capacidade para reciclar os óleos, que está instalada no País. Isto é, gostaria de saber se existe capacidade para reciclar todos os óleos e quais são as estratégias e as políticas de incentivo a este tipo de indústria. Concretizando, queria que me dissesse se a indústria de reciclagem não poderá inviabilizar a outra indústria, isto é, se ela tem incentivos para a sua actividade e se está a fazer este tratamento a custos razoáveis.

A mesma coisa pergunto, naturalmente, no que se refere aos solventes orgânicos. Queria saber qual é a capacidade que está instalada para sua reciclagem e quais são os incentivos que estão a ser dados à instalação de uma capacidade que permita absorver todos os nossos solventes orgânicos.

Mas aqui surgem duas questões complementares

Como o Sr Secretário de Estado referiu, há alguns solventes orgânicos que não podem ser incinerados. porém, há três ou quatro empresas licenciadas pelo Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território que fazem este tratamento, as quais adquirem na indústria solventes orgânicos não só para reciclar mas também para incinerar. Onde estão a ser incinerados esses solventes orgânicos? Estão a ser exportados ou a ser incinerados clandestinamente? Por acaso, um dos casos é justamente

o do grupo das cimenteiras que, como sabe, adquire grandes quantidades de solventes para incinerar

A outra questão que se coloca é a de esta indústria produzir, embora em pequenas quantidades, resíduos que, depois da limpeza, são ainda mais tóxicos do que os que lhes deram origem. O que é que essas empresas licenciadas estão a fazer a esses resíduos?

O Sr. Presidente (Mota Amaral) — Também para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra a Sr<sup>a</sup> Deputada Natalina Moura

A Sr<sup>a</sup> Natalina Moura (PS) — Sr Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Deputados, Sr Secretário de Estado do Ambiente, tivemos oportunidade de ler com atenção a brochura publicada pelo Instituto dos Resíduos, sendo que pudemos verificar, no Quadro 8, na página 18, que, segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística, a quantidade de óleos usados em 1997 foi de cerca de 207 000 t. Relativamente a 1998, este documento do Instituto dos Resíduos aponta para um valor que não chega às 100 000 t.

Sr Secretário de Estado, esta diminuição da quantidade de óleos usados, que é significativa, tem a ver com o processo de decantação associado à combustão? Se assim é, onde é que o mesmo está a ser feito?

O Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território recebeu uma proposta no sentido da criação de uma central térmica para tratamento dos óleos usados, pelos menos é o que resulta da leitura de vários documentos que nos chegam via comunicação social, e não só, e de alguns livros que nos foram distribuídos na anterior legislatura

O que lhe pergunto, Sr Secretário de Estado, é se esse processo prosseguiu e se existe ou não alguma central térmica. Se existe, gostaria de saber onde é que ela está instalada e qual é o processo que está a ser seguido para se verificar uma redução tão significativa deste tipo de resíduos perigosos, que nos preocupam seriamente

O Sr Presidente (Mota Amaral) — Para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr Deputado José Eduardo Martins

O Sr José Eduardo Martins (PSD) — Sr Presidente, Sr Secretário de Estado do Ambiente, em primeiro lugar, quero saudar a oportunidade e a importância da pergunta colocada pelo Bloco de Esquerda, pois ela vai direito ao «coração» do que devia ser a nossa política e a nossa estratégia de tratamento dos resíduos industriais perigosos

Em segundo lugar, quero deixar uma nota de justiça. Estes debates ganham muito em esclarecimento e em troca de posições quando o Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território é representado por V. Ex<sup>a</sup> e, nessa medida, com certeza que a Câmara ganha com estes esclarecimentos e com esta troca de impressões.

Sobre esta matéria, queria dizer o pouco que é possível dizer no tempo de que disponho, até porque, como o PSD vai muito brevemente apresentar uma iniciativa legislativa dirigida especificamente à matéria da regeneração de óleos e de solventes, teremos, nessa altura, prova-

velmente antes do debate sobre o co-incineração, oportunidade de discutir estas matérias com tempo e com rigor

Para já, registo a intenção do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, mas quero dizer-lhe, Sr. Secretário de Estado, que não partilho dessa visão panglossiana de que meia dúzia de intenções resolvem o problema. Penso que são precisas medidas concretas.

É em relação às medidas concretas que gostaria de colocar-lhe algumas perguntas. A primeira delas está relacionada com a visita que efectuei, ontem de manhã, à Autovila, que, como sabe, é uma das principais empresas candidatas a instalar uma regeneradora de óleos, se for o caso e se houver mercado em Portugal, porque o problema é que estas empresas, que não actuam de borla, para terem uma intervenção, ainda que amiga do ambiente, precisam de gerar o seu lucro. O problema da Autovila, neste momento, é que a concorrência em relação à recolha de óleos não permite que haja óleo em quantidade suficiente para que essa empresa privada queira instalar em Portugal uma regeneradora de óleos, que é uma unidade industrial que nunca custará menos de 2,5/3 milhões de dólares, o equivalente, *grosso modo*, a 500 000/600 000 contos.

Ora, não havendo qualquer regra específica de apoio à instalação deste tipo de unidades .

**O Sr. Presidente (Mota Amaral):** — Sr Deputado, agradeço que termine de formular o seu pedido de esclarecimento, pois já esgotou o tempo de que dispunha

**O Orador** — Termo já, Sr. Presidente

Sr Secretário de Estado, gostaria, então, de lhe perguntar que apoios existem para a instalação deste tipo de unidades

Como, em bom rigor, o que é preciso é que o mercado não se esgote para que a regeneração possa ser feita, a qual é mais cara do que a valorização energética pela queima, quero também perguntar-lhe se está prevista alguma iniciativa do Governo, em termos de legislação, no sentido de obrigar a regeneração e impedir a queima de óleos e solventes, como acontece, por exemplo, na Catalunha, ou seja, se a regeneração vai ser tornada obrigatória pelo Governo

Por último, ainda directamente relacionada com esta questão .

**O Sr. Presidente (Mota Amaral):** — Sr Deputado, peço-lhe, mais uma vez, que termine o seu pedido de esclarecimento

**O Orador** — Sr Presidente, vou colocar apenas mais uma pergunta

Sr Secretário de Estado, qual é a posição do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território em relação à construção pela Engil, em Torres de Novas, de uma central de preparação de óleos para queimas chamada Enviroil?

**Vozes do PSD** — Muito bem!

**O Sr. Presidente (Mota Amaral):** — Também para pedir esclarecimentos adicionais, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Pésinho

**O Sr. Fernando Pésinho (Os Verdes)** — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado do Ambiente, são conhecidas as posições do Partido Ecologista Os Verdes relativas aos resíduos industriais e a nossa preferência óbvia por tudo quanto diga respeito à reciclagem em detrimento de outras formas de tratamento de resíduos, sempre que tal seja possível.

Relativamente à matéria em discussão, dado que em Portugal existem várias empresas dedicadas a este tipo de tratamento, gostaria de perguntar-lhe, em primeiro lugar, que fiscalização o Governo está a fazer das empresas que laboram nesta área, até porque as mesmas, como o Sr. Deputado Joaquim Matias referiu há pouco, também produzem resíduos, sendo necessário saber que tratamento lhes está a ser dado

Em segundo lugar, gostaria de saber que apoios financeiros, fiscais ou outros, podem ser disponibilizados pelo Governo para apoiar estas actividades industriais, na medida em que, do nosso ponto de vista, elas têm um impacto real na economia que não é negligenciável, sendo, pelo contrário, um tipo de investimento que poderá trazer crescimento à nossa economia e originar até a criação de postos de trabalho, tão necessários em Portugal

**O Sr. Presidente (Mota Amaral):** — Para responder, tem a palavra o Sr Secretário de Estado do Ambiente, dispondo de um tempo máximo de 10 minutos

**O Sr. Secretário de Estado do Ambiente** — Sr Presidente, Sr Deputado Francisco Louçã, a primeira questão que colocou foi a de saber que tipo de solventes não podem ser regenerados ou reciclados

Como eu já disse, e agora tenho todo o prazer em esclarecer, não podem ser regenerados os solventes não halogenados muito contaminados, ou seja, os solventes com elevados teores em água ou com outras condicionantes que inviabilizem a sua regeneração ou reciclagem. Esta é a melhor definição que posso dar-lhe do tipo de solventes que não podem ser adequadamente regenerados ou reciclados e cujo destino será, muito certamente, a co-incineração

Em relação à questão das lamas, quero dizer-lhe que, de facto, infelizmente, sendo um resíduo final dos processos industriais e dada a sua composição complexa e de difícil caracterização em muito casos, o único destino aceitável para este tipo de resíduos, tanto em Portugal como no resto do mundo, é a sua queima, ou seja, no nosso caso, tal como proposto pelo Governo, a sua co-incineração

Sr. Deputado Joaquim Matias, no que respeita à capacidade para o tratamento de óleos usados no nosso país — aliás, aproveito para responder também à questão colocada por outro Sr Deputado, sobre a unidade da Enviroil prevista para Torres Novas —, a situação, em termos gerais, é a seguinte a produção de óleos usados em Portugal deverá rondar as 100 000 t/ano. Penso que este é o número mais realista, porque está relacionado com o número da comercialização de óleos novos, ou seja, é o número mais aproximado para a estimativa dos óleos usados

A estimativa feita pelo INE relativamente a 1997, a meu ver, está sobreavaliada, só podendo ser considerada pelo envio para tratamento, para reciclagem ou para

deposição final de óleos comercializados ou consumidos em anos anteriores e que, por uma razão ou por outra, possam ter sido declarados apenas em 1997. Portanto, 100 000 t, em lugar das 200 000 t apontadas pelo INE, parece-me ser um número mais ajuizado e mais avaliado da produção de óleo.

A perspectiva do Governo em relação ao tratamento e à recuperação dos óleos vai, obviamente, no sentido da prevenção, da reciclagem e da valorização. A unidade prevista para Torres Novas tem uma capacidade de 12 000 t/ano de óleo, ou seja, se considerarmos que há uma produção anual de 100 000 t, estamos a falar de cerca de 10% da produção anual de óleos usados. Também posso dizer aos Srs Deputados que o processo de autorização dessa unidade está a chegar ao fim e conto que nas próximas semanas haja o parecer final e sua aprovação.

O Governo vê com bons olhos o aparecimento destas unidades. Não queremos ter uma visão restritiva dos meios de tratamento e de deposição quer dos óleos usados quer de outros resíduos e, de facto, ainda não existe, no nosso país, capacidade suficiente para a regeneração dos óleos produzidos. Aliás, posso esclarecer o Sr. Deputado José Eduardo Martins, que está um pouco contorcido com a minha resposta.

**O Sr José Eduardo Martins (PSD)** — Pois estou!

**O Orador.** — . que a viabilidade de uma unidade de regeneração é de aproximadamente 30 000/40 000 t/ano

A Autovila, como é natural em qualquer empresa comercial, apela para a dificuldade do mercado e para a necessidade de apoios, mas a verdade é que a esta empresa, tal como as outras, já tem uma produção nacional suficiente para viabilizar esse tipo de instalação. Aliás, posso acrescentar que, tanto ao nível do ambiente como ao nível da economia, existirão, dentro de poucos meses, programas para que as unidades para a reutilização e reciclagem de resíduos possam ser apoiadas. Portanto, estão reunidas todas as condições para que possa haver unidades para a regeneração de óleos usados e de solventes, faltando apenas o necessário espírito empreendedor dos empresários, tão preciso para o desenvolvimento da economia e para a protecção do ambiente.

No que diz respeito aos solventes, o problema coloca-se numa escala bastante menor do que em relação aos óleos, pois a produção de solventes usados em Portugal deverá ser — refiro este número com alguma prudência —, cerca de 20 000 t/ano, existindo, neste momento, capacidade de processamento para cerca de 5000 t, ou seja, também ainda existe margem para aparecerem novos projectos e iniciativas nesta área, sendo que o Governo certamente as verá com os melhores olhos.

No que respeita à questão colocada pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Natalina Moura, presumo já lhe ter respondido com as respostas às perguntas anteriores.

Sr Deputado José Eduardo Martins, penso já ter respondido também às suas questões. Como o Sr Deputado sabe, a estratégia do Governo para o problema dos resíduos está claramente publicada no *Diário da República* desde 1997, na resolução que aprovou a estratégia do Governo para os resíduos industriais. É fácil ver, na primeira página da resolução, que o Governo, como qualquer

pessoa de bom senso, também defende o princípio da prevenção e da reutilização e, como se pode ver, tem apoiado a instalação de unidades para a regeneração dos óleos usados e dos solventes. Portanto, temos feito alguns progressos reais, no terreno e não apenas no papel, em relação a esta questão.

Sr Deputado Fernando Pésinho, com certeza que a nossa preferência vai para a reciclagem. Como sabe, já tive oportunidade de dizer nesta Câmara que o Governo está empenhado em melhorar os níveis da fiscalização ambiental e que tudo estamos a fazer nesse sentido. Terei todo o gosto em falar a esta Câmara, no final do ano, caso o desejem, sobre os resultados da fiscalização ambiental.

**A Sr<sup>a</sup> Natalina Moura (PS)** — Muito bem!

*Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente João Amaral*

**O Sr. Presidente** — Srs Deputados, creio que está concluída esta pergunta.

Antes de passarmos à pergunta seguinte, o Sr Secretário vai proceder à leitura de dois relatórios e pareceres da Comissão de Ética, após o que procederemos à sua votação.

**O Sr Secretário (José Reis)** — Sr. Presidente, Srs Deputados, o parecer da Comissão de Ética é no sentido de autorizar o Sr Deputado Sílvio Rui Cervan a prestar depoimento, por escrito, querendo, no âmbito do processo n.º 368/98-4 TAPRD, do 2.º Juízo Criminal, do Tribunal Judicial da Comarca de Paredes.

**O Sr Presidente (João Amaral)** — Srs Deputados, está em discussão.

Não havendo inscrições, vamos votar o parecer da Comissão de Ética.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

**O Sr. Secretário (José Reis)** — Sr. Presidente, Srs Deputados, o parecer da Comissão de Ética é no sentido de autorizar o Sr. Deputado Carlos Martins a prestar depoimento, como testemunha, por escrito, no âmbito dos autos a correr no 2.º juízo do Tribunal do Círculo e de Comarca de Beja.

**O Sr Presidente (João Amaral)** — Srs Deputados, está em debate.

Não havendo inscrições, vamos proceder à votação do parecer da Comissão de Ética.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

**O Sr Presidente (João Amaral)** — Passamos, agora, à pergunta formulada pelo Sr Deputado Manuel Moreira, do PSD, sobre a construção do porto de abrigo da Aguda, freguesia de Arcozelo, concelho de Vila Nova de Gaia, que vai ser respondida pelo Sr Secretário de Estado do Ambiente.

Tem a palavra o Sr Deputado Manuel Moreira

**O Sr. Manuel Moreira (PSD)** — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado do Ambiente, Sr.<sup>as</sup> e Srs Deputados. O concelho de Vila Nova de Gaia dispõe de dois centros piscatórios o da Afurada e o da Aguda

O último governo do PSD promoveu importantes obras de remodelação e ampliação do porto de pesca da Afurada, proporcionando, deste modo, melhores condições para a faina dos pescadores deste centro piscatório. No entanto, o centro piscatório da Aguda, apesar de mais pequeno que o da Afurada, mas também com uma forte tradição, continua na mesma, aguardando os seus pescadores, à várias décadas, a construção do seu porto de abrigo e de um quebra-mar para, igualmente, lhes proporcionar melhores e mais seguras condições na sua faina piscatória da qual retiram o seu sustento e o das suas famílias

Como Deputado já várias vezes efectuei, neste Hemiciclo, intervenções e requerimentos para sensibilizar os diferentes governos do País para a preservação do centro piscatório da Aguda, defendendo a realização da referida obra. Apesar das várias promessas e expectativas criadas aos pescadores da Aguda, ao longo dos anos, por diversos governos que se sucederam, infelizmente ainda não viram concretizados as suas legítimas aspirações

Um dos governos do PSD, presidido pelo Prof Cavaco Silva, através do Ministério das Obras Públicas, para corresponder às expectativas e às legítimas reivindicações dos pescadores da Aguda, chegou a lançar um concurso público para a realização da obra. Só que, por incrível que pareça, o referido concurso ficou deserto e a obra, mais uma vez, foi adiada. Mas não desistimos de lutar por aquilo que era e é justo e necessário e, por isso, continuei a defender a realização ou construção do porto de abrigo da Aguda e o respectivo quebra-mar, bem como a actual Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia e a Junta de Freguesia de Arcozelo, onde se insere a comunidade da Aguda

Sr Presidente, Sr. Secretário de Estado do Ambiente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados. Ainda há um mês, aquando da discussão do Orçamento do Estado para 2000, nomeadamente o respectivo PIDDAC, e perante o facto de ter visto inscrito, no âmbito do Ministério do Equipamento Social, apenas 20 000 contos para a construção dos portos de abrigo da Aguda, Angeiras e Vila Chã — que é uma verba irrisória, ou simbólica, para a construção de três portos de abrigo e que, provavelmente, nem sequer dá para pagar os respectivos projectos —, interpelei os responsáveis daquele Ministério sobre o assunto, defendendo a inscrição de uma verba compatível com a realização da obra em causa. O Sr Secretário de Estado da Administração Marítima e Portuária respondeu-me que o projecto não era da responsabilidade do referido Ministério, mas sim do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, através do Instituto Nacional da Água.

Aquando da discussão do PIDDAC relativo ao Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, interpelei, pois, o Sr. Ministro José Sócrates, que mostrou, na sua resposta, desconhecer que a responsabilidade dessa obra fosse do seu Ministério. No entanto, ao concluir as respostas, chegou-lhe a informação de que, de facto, a obra estaria equacionada no INAG e que poderia existir uma verba da ordem dos 300 000 contos para o efeito, tendo-se comprometido a que, na tarde desse mesmo dia, me faria chegar todos os elementos para o esclarecimento

cabal da situação. Infelizmente, os elementos informativos não chegaram, e já lá vai mais de um mês, pelo que, em face da falta dessa confirmação por parte do Sr Ministro, decidi apresentar uma proposta de aditamento ao PIDDAC com a verba de 300 000 contos para a implementação do referido projecto, que, infelizmente, foi rejeitada pela bancada do Partido Socialista

Dai que considere útil e necessária a efectuação desta pergunta ao Governo para o esclarecimento definitivo da situação, no sentido de obter da parte de V Ex<sup>a</sup>, Sr Secretário de Estado, uma cabal resposta. Considero urgente a construção do porto de abrigo e do quebra-mar da Aguda, onde, à entrada e à saída, continuam a suceder-se os naufrágios de embarcações de pesca artesanal, devido às fortes correntes laterais que se fazem sentir no local, provocando prejuízos materiais e um prejuízo maior, que é a perda de vidas humanas dos seus pescadores, deixando as respectivas famílias em situação de difícil sobrevivência, ocorrendo ainda, por vezes, cheias que inundam várias habitações locais

Registo também o facto de muitos jovens locais desejarem ser pescadores, mas sentem um justo receio, que se impõe seja ultrapassado com a criação das devidas condições de segurança

Assim, Sr. Secretário de Estado, pergunto se considera ou não necessária e urgente a construção do porto de abrigo da Aguda e do respectivo quebra-mar, no sentido de proporcionar maior segurança na faina dos pescadores deste centro piscatório e, no caso afirmativo, como espero, para quando prevê o inicio e a conclusão da referida obra e qual o montante a ser investido.

#### Vozes do PSD — Muito bem!

**O Sr Presidente (João Amaral)** — Para responder, tem a palavra o Sr Secretário de Estado do Ambiente

**O Sr Secretário do Estado do Ambiente** — Sr. Presidente, Sr. Deputado Manuel Moreira, é com todo o gosto que vou responder à sua questão sobre o quebra-mar da praia da Aguda e se, por algum lapso dos nossos serviços, não lhe chegou a informação sobre a introdução da verba no PIDDAC, só me cabe lamentar, mas a verba está inscrita e tenho todo o gosto em esclarecê-lo sobre isso

Não posso, no entanto, deixar de lhe dar nota de que estranho o seu comentário sobre as obras do governo do PSD, porque, segundo me informam, pelo menos desde 1964 há promessas de realização de uma obra do quebra-mar da praia da Aguda e parece que também o PSD, durante os seus 10 anos de governo, não conseguiu resolver esta questão.

Apesar de tudo, a boa vontade dos homens é essencial para que estas coisas se resolvam e parece que, por intervenção da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, da Direcção Regional de Ambiente do Norte e do Instituto da Água, se lançou o projecto para o quebra-mar destacado da praia da Aguda e temos, este ano, prevista, no PIDDAC do Ministério do Ambiente, na chamada subdivisão 01 do Instituto da Água «protecção, conservação e valorização do domínio público hidráulico», para a praia da Aguda, uma verba de 300 000 contos. Estimamos que o custo total desta obra seja entre 400 e 500 000 contos, pelo que se tudo

correr bem, se não houver atrasos e aparecerem empresas a concorrer ao concurso — o que é essencial para que estas coisas se possam fazer —, terminará durante o próximo ano

**Vozes do PS** — Muito bem!

O Sr Presidente (João Amaral) — Srs Deputados, antes de dar a palavra ao Sr Deputado Manuel Moreira, gostaria de dizer que temos entre nós, grupos de alunos de algumas escolas e tenho receio que saiam antes de termos oportunidade de os saudar

Temos um grupo de alunos da Escola Secundária de Alvide, um grupo de alunos da Escola Básica 2,3/S Dr Daniel Matos, de Vila Nova de Poiares, e um grupo de alunos da Escola Secundária Clara de Resende, do Porto. Gostaria de convidar os Srs Deputados a saudar estes alunos que estão aqui connosco

*Aplausos gerais, de pé.*

Tem a palavra o Sr Deputado Manuel Moreira

O Sr Manuel Moreira (PSD) — Sr Presidente, Sr Secretário de Estado do Ambiente, de facto não tive oportunidade de ver essa verba inscrita no PIDDAC e, quando interpelei o Sr. Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, ele demonstrou desconhecer que a obra pudesse estar no âmbito do seu Ministério, mas no decorrer da resposta que me estava a dar chegou-lhe a informação de que poderia estar no âmbito do INAG e depois disse-me que, nessa tarde, me esclareceria com todos os elementos, o que, até ao momento, não se verificou

Gostaria ainda de lhe dizer que é verdade que, há várias dezenas de anos, esses pescadores da Aguda esperam.

**Vozes do PS** — Ah, então sempre é verdade!

**O Orador** — com grande ansiedade, que essa obra seja realizada. Isso foi dito na minha intervenção

Disse, também, que é verdade que o governo do PSD — muitas vezes por mim interpelado — chegou a anunciar a abertura de um concurso público, que foi publicado em *Diário da República*, só que, por incrível que pareça, esse concurso ficou deserto e a obra, mais uma vez, ficou adiada. Isso não fez com que deixasse de defender os pescadores da Aguda e a preservação daquela pequena comunidade piscatória, de forma a que a obra se realize. Outros governos que se seguiram, designadamente o Governo do Partido Socialista, também criaram expectativas, mas até agora a obra ainda não foi realizada.

Por isso, penso que é a altura, de uma vez por todas, de darmos uma resposta cabal às aspirações legítimas dos pescadores locais, mas o Sr Secretário de Estado ainda não me respondeu para quando é que prevê, exactamente, o início da construção da obra do porto de abrigo e do quebra-mar e a sua conclusão. É importante que isto fique decidido para que a obra não fique eternamente adiada, porque, infelizmente, vemos, muitas vezes, previstas, no Orçamento do Estado e no PIDDAC, imensas verbas para variadíssimos projectos que não são concretizados. Não

queríamos que, mais uma vez, daqui a uma ano, estivéssemos a perguntar ao Governo porque é que não cumpriu, porque é que, realmente, não realizou a obra e se investiu os 300 000 contos ou mais que são necessários para fazer esta obra na Aguda

**O Sr Presidente (João Amaral)** — Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo

O Sr. Honório Novo (PCP) — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, Sras. Deputadas O problema do portinho de pesca da Aguda tem dezenas de anos e, de facto, o governo do PSD não o resolveu. Ficámos a saber aqui que tomou a iniciativa de fazer um concurso público, mas foi um «concurso público fantasma», porque parece ter sido à medida e à conveniência da não concretização da obra

**O Sr Manuel Moreira (PSD)**. — Isso não é verdade! Não apareceram concorrentes!

**O Orador** — No entanto, temos hoje um problema diferente, que é o problema do Governo do Partido Socialista. Sabemos que o Ministério que deveria fazer a obra, o Ministério do Equipamento Social, inscreveu, no PIDDAC regionalizado para 2000, uma verba de 20 000 contos para três portos de pesca no distrito do Porto: Angeiras, Vila Chã e Aguda e que existe, agora, uma linha própria do Instituto da Água de 300 000 contos para avançar com a obra

Sr Secretário de Estado, quando é que vai ser aberto esse concurso? Para que esta verba não se transforme, tal como o «concurso público fantasma» do PSD, num «saco azul fantasma» do PS, considera que a redução orçamental de 100 milhões de contos, anunciada ontem ou anteontem pelo Ministério da Economia, não vai afectar o seu «saco azul»? Teria ou não sido também conveniente criar linhas destas, directas ou indirectas, para fazer cumprir as promessas no distrito do Porto, designadamente aquelas que foram anunciadas, no final do ano passado, relativas à construção do porto de pesca em Angeiras, concelho de Matosinhos, e em Vila Chã, concelho de Vila do Conde? Quer os senhores queiram quer não, 20 000 contos não são suficientes e apenas criam um manto diáfano de fumo para encobrir promessas não concretizadas

Responda-me, por favor, a este conjunto de perguntas. Sr. Secretário de Estado

**Vozes do PCP**: — Muito bem!

**O Sr. Presidente (João Amaral)** — Tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Ambiente, para responder

**O Sr Secretário de Estado do Ambiente** — Sr Presidente, Sr Deputado Manuel Moreira, considero que a sua questão veio reafirmar aquilo que já tinha dito. Apenas terei o gosto de acrescentar que, neste caso, o estudo prévio, realizado pelo Prof. Veloso Gomes, já está concluído ..

**O Sr. Manuel Moreira (PSD)** — Quando é que é aberto o concurso?

**O Orador:** — . e vai, agora, ser discutido com a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia. Há três soluções em cima da mesa e será seleccionada uma delas para se fazer o projecto de execução e ser lançado o concurso. Portanto, as coisas estão bem encaminhadas e esperemos que este projecto, com a sua atenção, não se atrasse mais do que já se atrasou ao longo destas décadas.

Sr. Deputado Honório Novo, como disse ao Sr. Deputado Manuel Moreira, já temos o estudo prévio concluído; agora teremos de passar ao projecto de execução e conto também com a sua vigilância democrática para que não haja mais atrasos neste processo.

Gostava apenas de o esclarecer que no Orçamento do Estado não existem «sacos azuis».. .

**O Sr. Honório Novo (PCP):** — São sacos cor-de-rosa!

**O Orador:** — . e está aí claramente escrito: «praia da Aguda, intervenção no portinho de pescas — 300 000 contos». Portanto, estes 300 000 contos não se podem destinar a outra coisa que não exactamente ao que está descrito nesta linha do PIDDAC.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Sr. Honório Novo (PCP):** — O Sr. Secretário do Estado do Ambiente não respondeu a todas as minhas questões. .

**O Sr. Presidente (João Amaral):** — Sr. Deputado Honório Novo, as regras regimentais são de aplicação universal, incluindo aos Deputados eleitos pelo PCP, pelo distrito do Porto

#### Risos

Srs. Deputados, está concluída esta pergunta, pelo que passamos à pergunta seguinte, formulada pelo Sr. Deputado Fernando Pésinho, de Os Verdes, sobre as estratégias e soluções para o tratamento dos resíduos industriais banais, a qual será também respondida pelo Sr. Secretário do Estado do Ambiente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Pésinho

**O Sr. Fernando Pésinho (Os Verdes):** — Sr Presidente, Sr Secretário de Estado. A problemática dos resíduos, independentemente da sua tipificação, para além das implicações ambientais, envolve ainda aspectos económicos, sociais, culturais e políticos, razão pela qual esta mesma problemática assume foros de um problema civilizacional. De facto, as sociedades modernas confrontam-se actualmente com os problemas da gestão dos resíduos e Portugal não foge à regra.

Em Portugal, a discussão pública sobre as estratégias e as soluções para o destino a dar aos resíduos industriais tem-se concentrado, sobretudo, nos resíduos industriais perigosos, mais pela contestação das populações às medidas preconizadas pelo Governo do que propriamente pela vontade deste em promover um verdadeiro debate público em torno destas questões.

Tanto assim é que as medidas que o Governo encetou ou visa encetar relativamente aos resíduos industriais ba-

nais não suscitaram até agora qualquer debate público, a não ser algumas reacções populares relativamente à localização de alguns aterros destinados a estes resíduos, designadamente no distrito de Santarém, sobre o que já tivemos oportunidade de falar

A política do Governo para este sector, perceptível na legislação em vigor, assenta, uma vez mais, num forte pendor de desresponsabilização governamental pela condução e orientação do processo de selecção e instalação de aterros, passando essa tarefa para o sacrossanto mercado e reservando-se a administração central para o confortável papel de reguladora desse mesmo mercado. Este papel regulador, de acordo com a lei e carecendo de comprovação na prática, procura acautelar não só os eventuais problemas tarifários como os problemas inerentes aos inevitáveis impactes ambientais da localização destes aterros e a necessidade de minimizar a circulação de resíduos pelo território, etc.

Segundo a legislação em vigor, são necessários planos nacionais e sectoriais para a gestão destes resíduos e ainda a criação de um conselho consultivo para o acompanhamento da gestão dos rios.

Tanto quanto julgamos saber, Sr. Secretário de Estado, começam a surgir um pouco por todo o lado vários pedidos de licenciamento para a instalação de aterros para resíduos industriais banais (RIB), que aparecem «como cogumelos» — e, atenção, pois há cogumelos que não são próprios para consumo! — sem que, previamente, haja planos nacionais ou sectoriais para estes resíduos.

Em primeiro lugar, gostaríamos de saber quantos pedidos existem para a instalação de aterros desta natureza e qual a sua distribuição geográfica, isto é, se as 19 candidaturas existentes correspondem a pedidos relativamente a outros tantos locais distintos e quais os distritos.

Gostaríamos, ainda, de saber qual a intervenção do Instituto Nacional dos Resíduos e do conselho consultivo relativamente aos processos em curso

Acresce que gostaríamos de saber, para além dos princípios genéricos que são anunciados e assumidos repetidamente, quais são as medidas que estão ou vão ser tomadas no âmbito de uma política destinada ao tratamento e à gestão dos resíduos industriais banais

**O Sr Presidente (João Amaral):** — Para responder, tem a palavra o Sr Secretário de Estado do Ambiente

**O Sr Secretário de Estado do Ambiente:** — Sr Presidente, Sr Deputado Fernando Pésinho, é com todo o gosto que, mais uma vez, me dirijo a V. Ex.<sup>a</sup> e à Câmara para falar sobre a estratégia relativamente aos resíduos industriais não perigosos.

De facto, é sabida a preocupação que o Governo tem em relação à questão dos resíduos, sejam eles urbanos, industriais não perigosos ou industriais perigosos. O facto de hoje debatermos aqui esta matéria é mais uma prova de que o Governo está a agir, de que as coisas estão a mexer, e esperemos que as soluções venham a ser encontradas a breve prazo.

A instalação de aterros de resíduos industriais não perigosos, como já tive oportunidade de dizer, resulta da adopção de uma regulamentação muito estrita, contida no Decreto-Lei n.º 321/99, de 11 de Agosto. Esta regulamen-

tação é muito estrita, repito, e de forma nenhuma desresponsabiliza o Governo da selecção dos locais para a instalação dos aterros de resíduos industriais. Antes pelo contrário, o Governo será sempre o responsável pela escolha dos aterros que vierem a ser instalados e assume essa responsabilidade como algo que lhe é próprio e de que não quer fugir.

No entanto, o Governo não esquece que é importante que seja reconhecido por todos que a responsabilidade pelo destino dos resíduos industriais cabe, sempre e em primeira instância, a quem os produz. Portanto, o conceito da responsabilidade do produtor não pode ficar esquecido quando se trata de encontrar soluções e de pagá-las, pelo que, neste domínio, há um lugar importante para o mercado, a fim de que este encontre as soluções mais adequadas e, se possível, mais económicas sem pôr em causa a defesa do ambiente.

Posto isto, queria discordar de uma das afirmações do Sr. Deputado quando disse que os projectos aparecem «como cogumelos». Infelizmente, não é esse o caso. Infelizmente, e como é sabido, ainda nem sequer está a funcionar um único aterro de resíduos industriais banais no nosso País. Aliás, foi preciso um grande esforço e uma grande dedicação do Governo para incentivar o aparecimento destas candidaturas.

De facto, estão em cima da mesa 19 candidaturas — e veremos quantas serão aprovadas no final do processo — que dizem respeito a aterros espalhados por todo o País — só espero que o Sr. Deputado não vá agora providenciar alguns movimentos de contestação nessas zonas!

Posso dizer-lhe que as propostas referem-se a projectos para a instalação de aterros de resíduos industriais a localizar nos distritos do Porto, de Santarém, de Setúbal, de Castelo Branco, de Braga, de Leiria, de Aveiro. Felizmente, tais projectos estão, neste momento, em fase de apreciação e esperemos que bom número venha a ser aprovado para que, por fim, infelizmente já no século XXI, o País disponha de soluções adequadas para o destino final dos resíduos industriais não perigosos.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente (João Amaral)** — Inscreram-se, para pedir esclarecimentos adicionais, os Srs. Deputados Fernando Pésinho, Joaquim Matias, Herculano Gonçalves e Fernando Santos Pereira.

Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Pésinho

**O Sr. Fernando Pésinho (Os Verdes)** — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, o mérito do debate que hoje fazemos, neste Plenário, sobre resíduos industriais banais cabe aos partidos da oposição e não ao Governo. Peço imensa desculpa, mas foram os partidos da oposição que fizeram perguntas sobre esta questão e não foi da parte do Governo que partiu a vontade de vir esclarecer os Deputados acerca desta política.

Feito este primeiro reparo, passo à segunda questão que queria colocar.

**O Sr. Secretário de Estado** diz que é do Governo a responsabilidade pela escolha dos locais de aterro. Ora, pergunto-lhe se a responsabilidade pela escolha dos locais é do Governo ou será que este se limita a aprovar as pro-

postas que lhe são apresentadas. Faço esta pergunta porque parece-me que a questão se coloca muito mais nestes termos do que propriamente nos de existir um plano nacional, em termos de ordenamento do território, conjugado com a questão da produção dos resíduos por distrito, o que implicaria uma planificação e uma distribuição espacial da localização desses mesmos aterros.

Gostaria, ainda, de colocar-lhe mais uma ou duas questões que me foram suscitadas pelo debate havido até agora.

Poderá ser por lapso da minha parte, mas não me recordo se, ao responder à minha outra pergunta, o Sr. Secretário de Estado chegou a esclarecer-me sobre se alguém do Ministério do Ambiente chegou a deslocar-se a Alcanena. Portanto, fiquei sem perceber se o que se passa a propósito de Alcanena é a tentativa de transformar uma situação que já existe, de facto, no terreno, com a localização de uma ligeira ilegal, a nosso ver, transformando-a num aterro devidamente dotado de todas as condições para esse fim.

De igual modo, gostaria de ser esclarecido quanto ao que disse, a meu ver, de uma forma um pouco ligeira, sobre o Catálogo Europeu de Resíduos e sobre a tipificação de resíduos industriais banais. Na verdade, o Sr. Secretário de Estado disse que, por vezes, estes resíduos serão menos perigosos do que os resíduos sólidos urbanos. Ora, é evidente que entre estes últimos há, por vezes, resíduos muito perigosos, desde a simples pilha até à lata de tinta, mas facto é que entre os resíduos industriais banais há alguns que, pela sua toxicidade, ainda que em escala reduzida, representam um perigo acrescido para o meio ambiente.

**O Sr. Presidente (João Amaral)** — Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Matias

**O Sr. Joaquim Matias (PCP)** — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, na resposta a uma pergunta anterior, referiu que é necessário confiar-se à administração a escolha dos locais. Mas é importante que a administração dê motivos para se confiar nela. Assim, antes de mais, quero reiterar uma posição que sempre temos assumido.

Defendemos intransigentemente a elaboração de um plano estratégico para o tratamento e o destino final de todos os resíduos, incluindo, naturalmente, a solução dos aterros. Ora, as populações, quando reclamam, estão sempre contra os aterros e a questão principal é a de que o Ministério do Ambiente também tutela o ordenamento do território, como, aliás, se verifica pela sua denominação.

Assim, a pergunta concreta que coloco é a de saber se a localização do aterro tem em vista e em conta, em primeiro lugar, os instrumentos de gestão territorial existentes que estão devidamente aprovados.

É que muitos destes aterros aparecem em locais de área protegida, em reservas ecológicas, em reservas naturais, em zonas de orla costeira, em locais classificados como pertencendo à Rede Natura 2000. Será porque tais terrenos não têm interesse especulativo para outros fins e, então, prejudicam-se estas reservas com aterros?

A segunda questão tem que ver com os estudos e a respectiva discussão pública de forma transparente.

De facto, quando se fazem estudos de impacte ambiental, estes são uma espécie de «fatos feitos por medida», isto é, determina-se quais as medidas que devem ser tomadas relativamente a um aterro cuja localização já está pré-determinada para que não seja muito prejudicial, em vez de se pôr à discussão pública as várias hipóteses de localização alternativa e de se discutir qual delas é a menos prejudicial e a mais conveniente para o aterro.

A questão central é, pois, de ordenamento do território e de discussão pública e transparente com as populações acerca da localização dos aterros.

**O Sr. Presidente (João Amaral)** — Tem a palavra o Sr. Deputado Herculano Gonçalves

**O Sr. Herculano Gonçalves (CDS-PP)** — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, tentando compensar de algum forma o tempo que gastei a mais na primeira pergunta, lamento-me a deixar duas questões muito breves

Como é que classifica as raspas azuis derivadas da indústria de curtumes? Como resíduos industriais perigosos ou como resíduos industriais banais?

Por outro lado, Sr. Secretário de Estado, o Sr. Deputado Fernando Pésinho fez-lhe uma pergunta à qual penso que não respondeu

Gostaria que o Sr. Secretário de Estado dissesse a esta Câmara se o Governo pensa autorizar um, dois ou três aterros para Santarém. Esta questão não ficou clara e, repito, penso que era a resposta a esta pergunta que o Sr. Deputado Fernando Pésinho gostaria de ter recebido no que diz respeito a Santarém

**O Sr. Presidente (João Amaral)** — Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Santos Pereira

**O Sr. Fernando Santos Pereira (PSD)** — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, passam já cinco anos de governação socialista e a conclusão que temos de tirar é a de que o Governo não tem uma opção estratégica para o problema dos resíduos

Vejamos o que se passa quanto ao problema dos resíduos industriais.

O Sr. Secretário de Estado acabou de demonstrar que a localização dos aterros de resíduos industriais é obra do acaso, determinada ao abrigo de candidaturas que foram apresentadas até ao final de Dezembro passado e não há um estudo perfeitamente delineado quanto à sua localização no País

Faltavam três dias para o encerramento do prazo de apresentação de candidaturas e o Sr. Ministro José Sócrates afirmou, no Porto, que apenas tinham sido apresentadas três ou quatro. Portanto, as candidaturas surgiram à última hora e o Sr. Secretário de Estado já admitiu aqui que há distritos que não virão a ter aterros sanitários por ausência de candidaturas.

Aliás, não percebemos por que razão o Ministério do Ambiente pretende implementar para o saneamento uma política semelhante à que está a implementar para a água e por que é que, no que toca ao tratamento dos resíduos industriais, não adopta uma política semelhante à que seguiu no caso dos resíduos domésticos. Não se comprehende por que razão quer implementar-se uma política num

determinado sector enquanto noutro não se procede de forma semelhante

Dizia que o Governo está a demitir-se de contribuir para encontrar uma solução estratégica para a resolução deste problema. Então, lançou mão de uma «tábuia de salvação» para resolver o problema, autorizando o depósito dos resíduos industriais nos aterros sanitários já existentes.

**O Sr. Secretário de Estado do Ambiente**. — Qual é a alternativa, Sr. Deputado?

**O Orador**: — Não fique nervoso, Sr. Secretário de Estado! Não fique nervoso, porque o período de vida dos aterros sanitários é de 10 a 15 anos e estes foram autorizados e comparticipados no pressuposto de que se destinavam a resíduos domésticos ou para RIB (resíduos industriais banais) em determinadas quantidades

A questão que lhe coloco é a de saber qual é a percentagem de resíduos industriais que estão a ser depositados nos aterros sanitários construídos preferencialmente para resíduos domésticos e, ainda, se o Governo não encara isto com grande preocupação. É que este procedimento vai encurtar o período de vida dos mesmos

Sr. Secretário de Estado, qual é a percentagem de resíduos industriais que está a ser depositada nos aterros domésticos e qual é a percentagem que está a ser exportada?

**O Sr. Presidente (João Amaral)** — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Ambiente.

**O Sr. Secretário de Estado do Ambiente**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, é com todo o gosto que respondo às questões que me foram colocadas. No entanto, vejo que VV Ex<sup>as</sup> vêm recuperar questões já respondidas em perguntas anteriores, mas lá iremos

Sobre a escolha dos locais para a instalação dos aterros de resíduos industriais, o Governo optou — e a meu ver bem —, por deixar à iniciativa privada a apresentação de candidaturas para a localização dos aterros de resíduos industriais não perigosos

Obviamente que o Governo comprehende que possa haver outras opções e comprehende que Os Verdes preferissem que houvesse uma «comissão de sábios» e que fosse o País a escolher as localizações que possam ter os aterros de resíduos industriais. Porém, o Governo comprehende menos que o PSD proponha uma solução desse tipo, porque durante o governo do Prof. Cavaco Silva foi tentada essa hipótese, como os Srs. Deputados sabem, infelizmente sem êxito. Em nenhum dos locais escolhidos pela «comissão de sábios» foi possível instalar qualquer aterro e hoje estamos como estávamos há 10 e 15 anos, isto é, aterros para a instalação de resíduos industriais, sejam perigosos ou não perigosos, o que existe é zero, Sr. Deputado!

**O Sr. Fernando Santos Pereira (PSD)**: — Não tem nada a ver uma coisa com a outra!

**O Orador** — Ora, há aqui uma questão de opção política e o Governo assume-a. O Governo deixa que o conhecimento que já existe na sociedade civil sobre a ges-

tão dos resíduos industriais seja posto ao serviço do País e reserva-se para aprovar, ou não, as localizações propostas. Penso que dizer que as empresas que estão a actuar no mercado não sabem escolher os locais para a instalação dos aterros é uma tentativa de menorização do saber que já existe no País em relação à gestão de resíduos. e isto parece-me uma menorização inacreditável

Voltando à questão de Alcanena, quero dizer que, tanto em Alcanena como nos outros locais, todos eles serão visitados pelo serviços do Ministério para avaliar a sua viabilidade para a instalação de um local para os aterros.

Srs. Deputados Joaquim Matias e Fernando Santos Pereira, nesta altura, ainda vir dizer que o Governo não tem uma estratégia para os resíduos

**O Sr Fernando Santos Pereira (PSD)** — Não tem, não!

**O Orador:** — Há uma resolução de 1997, há um plano estratégico de resíduos industriais, publicado, em 1999, em 300 páginas do *Diário da República*, e os Srs Deputados podem dizer que não concordam com a estratégia, mas dizer que não há estratégia. Por favor, leiam o *Diário da República*, Srs. Deputados!

Sr Deputado Joaquim Matias, em relação ao facto de alguns planos directores municipais não consagrarem o local para a instalação de aterros, infelizmente é a realidade do nosso país. Porém, o que é facto é que não consagraram os locais para a instalação de aterros de resíduos urbanos nem de resíduos industriais e por isso é necessário recorrer aos processos, que a lei prevê, de alteração dos PDM, para que isso seja considerado, porque certamente quando eles foram feitos a preocupação com o tratamento dos resíduos não estava presente.

O que lhe posso garantir, Sr Deputado, é que as alterações aos planos de ordenamento do território serão feitos de acordo com o que a lei estipula e não haverá atropelos à lei.

Sr Deputado Herculano Gonçalves, lamento que o meu saber não me permita responder imediatamente à sua questão sobre as raspas azuis, confesso a minha «despreparação» para lhe dar essa resposta de imediato, mas terei todo o gosto em dar-lha dentro de algum tempo.

Já tive oportunidade de dizer, respondendo à pergunta anterior, que o Governo não delimita o número de aterros por distrito e, portanto, neste momento, não estou em condições de dizer se em Santarém será aprovado um, dois ou três, pois isso depende do processo de avaliação em curso. Poderão ser um, dois ou três, mas, pelo menos, se for um já ficaremos satisfeitos.

**O Sr Pedro Mota Soares (CDS-PP)** — Não tem estratégia para o distrito!

**O Orador.** — Desculpe, o Governo tem uma estratégia nacional! O Sr. Deputado está a defender que deve haver um aterro por cada freguesia ou um aterro por cada distrito? Onde é que o Sr Deputado sugere que seja o aterro na sua freguesia? Por favor, Sr Deputado!

**O Sr Presidente (João Amaral)** — Srs Deputados, temos que ter um debate com o mínimo de sentido e se, a determinada altura, o Sr Secretário de Estado começa

a responder a perguntas que não estão registadas no *Diário da Assembleia*, depois, não faz sentido. Assim, peço ao Sr. Secretário de Estado que use da palavra e aos Srs Deputados que façam apartes mas não intervenções

Queira concluir, Sr Secretário de Estado do Ambiente

**O Orador** — Sr Presidente, peço desculpa pelo meu entusiasmo. Voltando à ordem de trabalhos, o Sr Deputado perguntou qual é a percentagem de resíduos industriais que estão neste momento a ser encaminhados para os aterros de resíduos urbanos

Sr Deputado, quero dizer-lhe, como já foi afirmado nesta Casa, que não é prazer do Governo que os aterros industriais sejam conduzidos para os aterros de resíduos urbanos, mas felizmente, Sr Deputado, que os resíduos são para lá conduzidos e não são atirados para lixeiras nem para a berma do caminho

Já agora gostava de esclarecer-lhe dizendo-lhe que os resíduos não perigosos não necessitam de ser exportados, apenas os resíduos perigosos necessitam de o ser, porque não têm solução no nosso país

#### Aplausos do PS

**O Sr Presidente (João Amaral)** — Srs Deputados, terminámos esta pergunta e chamo a vossa atenção para o facto de, até agora, termos tratado quatro das oito perguntas que temos na ordem de trabalhos

Srs Deputados, passamos agora à pergunta a formular pelo Sr Deputado José Carlos Tavares, sobre a linha do Minho, que será respondida pelo Sr Secretário de Estado dos Transportes

Tem a palavra o Sr Deputado José Carlos Tavares

**O Sr José Carlos Tavares (PS)** — Sr Presidente, Sr Secretário de Estado A minha pergunta incide sobre o problema da linha do Minho em geral e, mais especificamente, sobre a situação da linha do Minho de Viana do Castelo para Valença

Preocupam-me os problemas ligados às infra-estruturas, no sentido de uma melhoria significativa. Assim, gostaria de saber em que ponto estão os estudos para a sua electrificação, com vista a minorar as situações de atrasos, criar condições de maior racionalidade no transporte de mercadorias e pessoas e para que haja melhores ligações e os horários se possam compatibilizar

Há um problema essencial sobre a linha do Minho em Viana do Castelo que se compagina com a optimização da ligação atempada com a linha do Porto/Lisboa, nomeadamente com o comboio que sai de Viana do Castelo às 9 da manhã, havendo necessidade de uma ligação com o comboio Intercidades, às 11 da manhã, em Campanhã

Além da solução deste problema, certamente que a electrificação irá possibilitar uma maior velocidade, uma melhor comodidade. Por outro lado, gostaria de saber se há algum estudo de mercado, nomeadamente feito pelo Governo mas proposto pela CCRN e a Junta da Galiza, para saber da autonomização da linha do Minho e também o que há em termos de melhoria das composições e da via, assim como de algumas das estações no trajecto da linha do Minho

Gostaria também de saber se há algum estudo para melhorar esta mesma via da linha do Minho sobre as pontes de Viana, de Caminha e de Valença, nomeadamente, não esquecendo, Sr. Secretário de Estado, que este problema coloca-se porque é uma linha internacional, que liga o Porto/Vigo, pelo que é necessário melhorá-la, assim como tornar as suas ligações com as principais linhas do país mais atempadas e com a maior racionalidade.

**Vozes do PS.** — Muito bem!

**O Sr. Presidente (João Amaral)** — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Transportes

**O Sr. Secretário de Estado dos Transportes (Guilhermino Rodrigues)** — Sr Presidente, Srs. Deputados, as questões colocadas incidem, por um lado, sobre a coordenação de horários entre a linha do Minho e o *Intercidades* Lisboa/Porto, por outro lado, sobre as intervenções previstas para a linha do Minho, nomeadamente saber se existe algum estudo para definir o tipo de intervenção, e também sobre as pontes de Viana, Caminha e Valença

Quanto à primeira questão, já existe, neste momento, alguma coordenação de horários entre o comboio internacional e o *Intercidades* Lisboa/Porto. Não é possível compatibilizar tudo, mas já existe alguma compatibilização e coordenação entre os horários das duas linhas. No entanto, julgo que a pergunta é pertinente, porque, actualmente, com as obras que já estão a decorrer na linha do Minho, entre Porto e Nine, mais propriamente entre Porto e Ermesinde e entre Ermesinde e Lousada, têm-se verificando alguns condicionamentos na circulação, que muitas vezes provocam atrasos aos comboios que vêm de Valença até ao Porto. Tal acontece, nomeadamente, com o comboio internacional, que está previsto chegar ao Porto, à estação de Campanhã, às 10 horas e 42 minutos, o que não permite fazer a ligação com o *Intercidades*, que sai do Porto às 11 horas e 5 minutos. Ou seja, há aqui uma diferença de 20 minutos, e qualquer atraso poderá fazer com que a ligação não se faça.

Por outro lado, penso que hoje já não acontece o que acontecia, em que a CP, como filosofia, como princípio de serviço, muitas vezes atrasava uns comboios à espera que chegassem outros. Especialmente em relação ao *Intercidades*, na linha do Norte, a CP faz o possível por cumprir, isto é, não condiciona a partida do *Intercidades* do Porto à chegada dos outros comboios.

Creio que a situação irá melhorar substancialmente a partir do mês de Julho, altura em que acabam as obras entre o Porto e Ermesinde, o que, de certa forma, permitirá cumprir os horários da linha do Minho. A expectativa é, pois, a de que, a partir de Julho, a situação melhore, no entanto chamarei a atenção da CP para ver se, actualmente, ainda é possível tomar alguma acção no sentido de melhorar essa situação.

Quanto à segunda questão, existe, de facto, por acordo entre a CCR-Norte e a Junta da Galiza, um protocolo para lançamento de um estudo que foi assinado em Julho e que já foi lançado, estando neste momento a decorrer um outro estudo sobre a viabilidade técnica, económica e de mercado para analisar o tipo de intervenções que vão ser realizadas na linha do Minho.

**O Sr Presidente (João Amaral)** — Para pedir esclarecimentos adicionais, inscreveram-se, para além do Sr. Deputado José Carlos Tavares, os Srs. Deputados Agostinho Lopes e Fernando Santos Pereira

Tem a palavra o Sr. Deputado José Carlos Tavares

**O Sr. José Carlos Tavares (PS)** — Sr Presidente, Srs. Deputados, o Sr. Secretário de Estado respondeu às perguntas que coloquei de modo satisfatório, tendo sancionado as minhas principais dúvidas sobre esta matéria.

Se bem entendi, Sr. Secretário de Estado, os horários serão compaginados com a linha internacional Valença/Porto e com a linha do Norte, mal terminem as obras, nomeadamente entre Nine, Ermesinde e Campanhã, sem prejuízo de, mais tarde, se fazer a electrificação e a melhoria das pontes até Valença.

**O Sr Presidente (João Amaral)** — Tem a palavra o Sr. Deputado Agostinho Lopes

**O Sr. Agostinho Lopes (PCP)** — Sr Presidente, Sr. Secretário de Estado dos Transportes, certamente é uma redundância falar do papel central e estratégico da linha do Minho para todo o Noroeste português e para o próprio País, dai a necessidade do avanço rápido de investimentos em toda a linha do Minho, não só no troço Porto/Viana/Valença como no ramal de Nine a Braga. Podemos ainda olhar para a linha do Minho como o suporte de um conjunto de potenciais malhas ferroviárias de grande importância para uma outra acessibilidade ferroviária no distrito de Braga.

Sr. Secretário de Estado, as questões que lhe coloco são muito simples. Está concluído o estudo de viabilidade do troço Porto/Vigo? Relativamente à linha de Guimarães, para quando o fim das obras? E quanto ao fecho da malha ferroviária Braga/Guimarães? Tenho perguntado bastantes vezes ao Governo se este problema da ligação ferroviária entre Braga e Guimarães vai ou não ser equacionado e, em caso de resposta negativa, quais as razões para que tal não aconteça?

No que respeita à linha da Póvoa, continua sem resposta o requerimento que fiz sobre o levantamento dos carris e uma notícia recente dá conta das intenções da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, que vão no sentido de pedir à REFER a cedência da plataforma para utilização na construção de uma estrada e de uma via recicável. Pergunto se este pedido vai ser satisfeito.

Também gostava de saber quando começam as obras no ramal de Braga e se a CP tem prevista, como obra possível, a recuperação da concordância da linha em Nine, que permitiria uma outra forma de transporte ferroviário entre Braga, Barcelos e Viana.

Quanto ao problema da travessia da Trofa, pergunto se já existe uma decisão. Vamos para o rebaixamento ou avança-se para uma outra alternativa?

Finalmente, pergunto-lhe por que razão é que numa linha em modernização, relativamente à qual se prevêem grandes investimentos, estão a ser encerrados postos de atendimento e bilheteiras, como acontece em Tamel, em Midões, no concelho de Barcelos, em Vila Praia de Âncora e noutras pontas desta linha, para lá da degradação de um conjunto de apeadeiros abandonados, quando nada apontaria neste sentido.

**Vozes do PCP** — Muito bem!

**O Sr Presidente (João Amaral)** — Tem a palavra o Sr Deputado Fernando Santos Pereira

**O Sr Fernando Santos Pereira (PSD)**. — Sr Presidente, Sr Secretário de Estado dos Transportes, é nosso entendimento que a linha do Minho tem sido muito esquecida e abandonada pelo Governo do Partido Socialista. A sua modernização «encalhou» na Trofa e, com esse alibi, esqueceu-se todo o seu sentido ascendente para Barcelos, Viana do Castelo e Galiza.

*Risos do PS*

Parece que há Srs Deputados que ficam muito satisfeitos com isso!

Passados cinco anos de governação socialista, nada se nota de significativo relativamente à modernização da linha do Minho, continuando a assistir-se a soluções ultrapassadas, a ocorrerem acidentes mortais nas passagens de nível, que o Governo tem aí em não eliminar.

Este desleixo está presente no Orçamento do Estado para 2000, que o Partido Socialista aqui aprovou. Nessa lei, regista-se a falta de vontade para que as obras avancem rapidamente na ligação Porto/Nine/Braga e, ao ter sido rejeitada, pelo Partido Socialista, uma proposta que dava à ligação Porto/Nine/Barcelos tratamento igual ao do itinerário Porto/Nine/Braga/Guimarães, regista-se igualmente o sentido discriminatório da política do Governo. Para o Governo, o itinerário ferroviário a Norte de Nine não existe.

Pergunto, concretamente: por que é que o Governo não deixou incluir no Orçamento do Estado a obra relativa ao itinerário Porto/Nine/Barcelos, tendo discriminado a cidade e o concelho de Barcelos no que respeita ao transporte ferroviário? Quando é que serão implementadas nas povoações medidas que levem à eliminação das zonas de morte que existem na linha do Minho? Qual a intenção do Governo relativamente à ligação Braga/Guimarães? No que respeita à eliminação das passagens de nível da linha do Minho, em que fase nos encontramos?

Estamos no quinto ano do Governo socialista e as populações, os presidentes de câmara, os presidentes de junta perguntam: estão prontos e aprovados os estudos de viabilidade para a eliminação das passagens de nível? Quem vai pagar os projectos de execução? Quem vai pagar os terrenos necessários às obras? Quem vai pagar as obras?

Perante tudo isto, perante o seu sorriso, Sr. Secretário de Estado, deixo uma pergunta final com os acidentes que lá acontecem, quando acabará a morte na linha do Minho?

Penso que isto não é motivo para sorrir, Sr. Secretário de Estado!

**Vozes do PSD**. — Muito bem!

**O Sr Presidente (João Amaral)** — Tem a palavra o Sr Deputado Fernando Moreno

**O Sr. Fernando Moreno (CDS-PP)**: — Sr Presidente, antes de mais, felicito o Sr Deputado José Carlos Tavares pela oportunidade em colocar esta questão. E permítame

que relate este assunto mais com o problema da industrialização do vale do Minho e com o espaço que vai, muito particularmente, de Viana a Valença.

Sr Secretário de Estado, de facto, o vale do Minho, o Alto Minho precisa de investimento a nível da infra-estruturação de apoio à indústria e parece-me que este meio de transporte — o comboio — é fundamental como elemento de apoio. Aliás, quero dizer-lhe que é com desagrado que assistimos à falência de algumas empresas — e não posso deixar de referir a falência da fábrica do queijo Áncora e da fábrica de calçado de Caminha —, o que acontece, com certeza, por falta de infra-estruturação deste tipo no vale do Minho.

Ouvimos falar da optimização e da modernização desta linha há muito tempo, tem sido uma promessa de muita gente, que não vou aqui referir para não causar mal-estar a ninguém. Simplesmente, Sr Secretário de Estado, essa modernização tem de ser feita ou, então, o vale do Minho, o Alto Minho vai continuar a sofrer do que está a sofrer neste momento a perda de investimento privado.

Pergunto-lhe, Sr Secretário de Estado, se esta modernização prevista para a linha do Minho, e da qual já falou, vai consistir na construção de uma linha com interesse exclusivamente para a indústria e transacção comercial espanhola, ou este projecto vai estar preocupado em «agarrar» os problemas da industrialização e, naturalmente, da qualidade de vida dos residentes no vale do Minho e no Alto Minho.

Em segundo lugar, Sr. Secretário de Estado — e peço desculpa, porque estive desatento quando falou deste assunto —, pergunto se prevê para Valença a construção de uma nova ponte ou se se optará pela potencialização da ponte velha que lá existe, construída segundo a arquitectura Eiffel.

**O Sr. Presidente (João Amaral)** — Tem a palavra o Sr Deputado Marques Júnior.

**O Sr Marques Júnior (PS)** — Sr Presidente, Sr Secretário de Estado, aproveito para dizer o que o Sr Deputado Fernando Moreno, por razões óbvias, não teve oportunidade de referir. Isto é, que a preocupação com o caminho de ferro andou arredada da governação durante muitos anos e que, finalmente, o Governo socialista dedicou uma preocupação especial à questão ferroviária.

É evidente que este processo não ocorre com a velocidade por todos nós desejada, mas há um objectivo traçado e nós queremos acreditar que, efectivamente, a linha do Minho, à semelhança de outras linhas do País, irá beneficiar da modernização que era necessária há dezenas de anos. Esse é, para mim, um facto muito relevante que gostaria de sublinhar.

Entretanto, gostaria de colocar ao Sr Secretário de Estado dos Transportes a seguinte questão concreta: em que fase se encontra o estudo do nó rodo-ferroviário de ligação ao porto de mar de Viana do Castelo que, a par da modernização da linha do Minho, constitui um pólo fundamental de desenvolvimento deste distrito?

**O Sr José Junqueiro (PS)** — Muito bem!

**O Sr Presidente (João Amaral)** — Para responder às perguntas formuladas, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Transportes.

O Sr Secretário de Estado dos Transportes — Sr Presidente, começo por dizer ao Sr Deputado Fernando Santos Pereira que, de facto, a realidade são os números, e os números falam por si! Com efeito, durante muito anos, o caminho de ferro esteve, praticamente, sem investimento, ou beneficiou de investimentos reduzidíssimos, e só a partir de 1995, na legislatura anterior, é que se verificou um incremento dos investimentos no sector ferroviário, distinguindo perfeitamente as áreas vocacionadas para o caminho de ferro.

Por exemplo, gostaria de esclarecer que a linha do Minho, de que estamos a falar, integra hoje as redes transeuropeias, quando os senhores a tinham colocado de fora! Que fique bem claro que a linha do Minho está agora nas redes transeuropeias, porque o Partido Socialista a colocou lá, no projecto prioritário Os senhores, durante a vossa governação, abandonaram praticamente o caminho de ferro!

Além de que os números falam por si na última legislatura, registou-se mais do dobro de investimento do que o efectuado nas legislaturas do Governo do PSD. É essa a realidade e não vamos escamoteá-la.

**Vozes do PS** — Muito bem!

**O Orador** — Quanto às intervenções na linha do Minho, começo por esclarecer que, genericamente, esta linha integra duas funções essenciais, por um lado, a ligação Espanha/Vigo, integrada nas redes transeuropeias, e, por outro lado, o troço Porto/Nine, que está integrado na zona dos suburbanos do Grande Porto

No que respeita ao troço Porto/Nine, o tipo de intervenções está perfeitamente definido e integra um investimento, no seu conjunto, de cerca de 200 milhões de contos — 100 milhões já realizados — para fazer o reordenamento de todo o sistema ferroviário suburbano do Porto, dando-lhe, efectivamente, características ferroviárias que antes não tinha

Esta é, pois, uma melhoria substancial, e eu diria que daqui a quatro anos, em 2004, haverá uma verdadeira revolução em termos dos transportes na Área Metropolitana do Porto, com a implementação e a reestruturação do sistema ferroviário, estando previsto um investimento de cerca de 100 milhões de contos, que fará diminuir, genericamente, em cerca de 45%, os tempos de percurso em toda a rede ferroviária suburbana do Porto.

Poder-lhe-ei dizer que ligações que actualmente se fazem em cerca de 1 hora e 30 minutos passarão a fazer-se em 50 minutos, como seja a ligação Braga/Porto, também a ligação Guimarães/Porto terá uma redução de 40 minutos, passando de 1 hora e 40 minutos para 1 hora. E este conjunto de investimentos integra ainda o troço Porto/Nine

Relativamente ao troço Nine/Valença, desde logo, qualquer acção a desenvolver na linha do Minho terá de ser coordenada com os espanhóis, com a Junta da Galiza, necessariamente. Foi o que fizemos em Julho de 1999: assinámos um protocolo com a Junta da Galiza, no sentido de as duas partes se coordenarem acerca do tipo de intervenção que se pretende para aquela linha. E o que previu esse protocolo? Previu o lançamento de um estudo de viabilidade técnica, económica, financeira e de mercado para a linha do Minho, estudo esse que foi lan-

çado em Setembro do ano passado e já foi adjudicado em Dezembro.

Portanto, neste momento decorrem os estudos, que terão uma duração de cerca de nove meses, a fim de determinar qual o tipo de intervenção

Primeiro, há que apurar qual o mercado potencial para três níveis de serviço, com uma velocidade que se situará entre 120 Km e 350 Km por hora. Este estudo vai permitir-nos conhecer o mercado, a viabilidade técnica e económica e qual o tipo de intervenções a fazer.

A partir daí, estaremos em condições de determinar — uma vez que este estudo é conjunto — qual a intervenção a fazer, evitando, designadamente, que sejam realizadas acções avulso. Sabemos perfeitamente que existem algumas pontes que precisam de ser intervencionadas mas, antes de o fazermos, queremos saber qual é a solução integrada para esta linha ferroviária para, então, ir realizando essas intervenções já integradas num plano global

**O Sr Fernando Santos Pereira (PSD)** — Sabemos que não há!

**O Orador:** — Esta foi a metodologia seguida, julgo que é a correcta, e também será aquela que vai ajustar o volume de investimentos àquilo que é o mercado potencial desta região

Passando a referir-me a algumas questões levantadas pelo Sr. Deputado Agostinho Lopes, direi que a linha da Póvoa tem a sua solução perfeitamente definida neste momento, pelo que não percebo qual a dúvida do Sr Deputado. Esta linha foi integrada no projecto do metro do Porto e é no âmbito do projecto adjudicado que ela vai ser intervencionada. O património desta linha deixou de ser da CP e foi integrado, como já referi, no metro do Porto e a solução está perfeitamente clara no projecto. No fim, se necessário for, poderei esclarecer-lo relativamente a essa matéria

Quanto à ligação ferroviária Braga/Guimarães, ela não existe, que eu saiba. Actualmente, a grande preocupação reside na restruturação e reorganização de todo o sistema ferroviário e não existe, neste momento, qualquer projecto de ligação ferroviária entre Braga e Guimarães, nem sequer equacionado.

Relativamente à travessia da Trofa, há soluções que estão a ser analisadas com esse município quanto à possibilidade de afinar a solução dessa variante e, nesse sentido, estão a prosseguir os contactos entre a REFER e o município da Trofa.

**Vozes do PS** — Muito bem!

**O Sr. Presidente (João Amaral):** — Srs Deputados, vamos passar à sexta pergunta, formulada pelo Sr Deputado Miguel Coelho, sobre crédito à habitação e revitalização do mercado de arrendamento, que será respondida pela Sr.ª Secretária de Estado da Habitação

Tem a palavra, Sr Deputado Miguel Coelho

**O Sr Miguel Coelho (PS):** — Sr Presidente, Srs Deputados e Sr.ª Secretária de Estado, a política para habitação implementada pelo Governo do Partido Socialista tem sido benéfica para os cidadãos: o combate ao flagelo das bar-

racas, a face mais visível do problema, o alargamento do âmbito da intervenção do Plano Especial de Realojamento, nomeadamente com a implementação do PER-Família; o objectivo de combater a degradação do património imobiliário — e aproveitava para, desde já, saudar V Ex<sup>a</sup> e o Governo pela recente aprovação do pacote legislativo que vai, seguramente, permitir, tanto aos senhorios como aos inquilinos, uma mais rápida e eficaz intervenção no sentido da recuperação dos prédios degradados; e também, finalmente, o favorecimento a uma outra política de incentivo às famílias para aquisição de casa própria. Esse incentivo também foi muito beneficiado com a descida das taxas de juro, verificadas desde 1997, cuja taxa média de crédito à habitação, segundo dados da Caixa Geral de Depósitos, desceu de cerca de 13%, em 1994 — curiosamente nos tempos do Governo do PSD —, para cerca de 5 ou 6%, em 1999. Isso permitiu que, por exemplo, em 1999, se tenham celebrado cerca de 240 000 contratos de aquisição de crédito à habitação, contra pouco mais de 50 000, em 1993, e 80 000, em 1994. Considerando também, Sr<sup>a</sup> Secretária de Estado, a estabilização das taxas de juro, verificadas em 1999, para valores sensivelmente mais elevados dos que estavam em prática, entendo que se justifica a necessidade de se incentivarem outras políticas alternativas à própria aquisição de casa.

Sr<sup>a</sup> Secretária de Estado, está aqui o sentido da questão que gostaria de colocar

Em meu entender, o mercado de arrendamento tem potencialidades que precisam de ser incentivadas, tem de constituir a alternativa ao recurso ao crédito para aquisição de casa própria, para assim poder ir ao encontro das necessidades de muitos casais jovens em princípio de vida em comum, e também justificada pela própria mobilidade que hoje em dia se verifica no mercado de trabalho. Pergunto, pois, à Sr<sup>a</sup> Secretária de Estado que iniciativas, que ideias tem o Governo para a revitalização do mercado de arrendamento, para que possa, de facto, constituir uma alternativa à aquisição de casa própria, através de recurso ao crédito?

O Sr Presidente (João Amaral) — Tem a palavra a Sr<sup>a</sup> Secretária de Estado da Habitação

A Sr<sup>a</sup> Secretária de Estado da Habitação (Leonor Coutinho) — Sr Presidente, Srs Deputados, a política de habitação tem obviamente de responder a várias camadas da população, todas com necessidades extremamente diversificadas e, por isso, foi sempre nossa intenção incentivar a política de arrendamento

Os inquéritos agora divulgados pelo INE, e que permitem uma comparação com o censo de 1991, provam que, ao contrário do que é vulgarmente dito, o mercado de arrendamento foi relançado em Portugal. Se compararmos o recenseamento de 1981 com o de 1991, vemos que o mercado de arrendamento diminuiu em cerca de 140 000 fogos, enquanto que entre 1991 e 1998 aumentou, invertendo a tendência, cerca de 114 000 fogos. Mostra, portanto, que existe uma nítida tendência para a inversão e que o mercado de arrendamento é já, em Portugal, um mercado importante.

No que diz respeito ao mercado de arrendamento pode também verificar-se que, desde 1990, das 770 000 pessoas

que ocuparam as casas em que residem — o que mostra uma enorme mobilidade da população portuguesa — cerca de 218 000 vivem em casa arrendada, ou seja, uma proporção de cerca de 28%, situação completamente diferente da que se registou nos anos 80 e já muito próxima do que se passava num período em que o mercado de arrendamento era importante.

No entanto, as características deste novo mercado de arrendamento revelam o seguinte: as casas construídas a partir de 1990 apenas correspondem a 50 000 destes contratos de arrendamento, ou seja, o crescimento do mercado de arrendamento deve-se essencialmente aos prédios usados. As pessoas que provavelmente recorreram ao crédito para comprar casa própria viviam numa casa mais antiga, com menos condições, melhoraram as suas condições de vida e deixaram a casa antiga onde viviam e arrendaram-na. Portanto, aquilo que se verifica é que o dinamismo do mercado de arrendamento tem muito mais a ver com a mobilização das casas antigas do que propriamente com a construção nova.

No que diz respeito à construção nova, gostaria de dizer que um quarto dessas 50 000 casas novas para arrendamento foram proporcionadas pelo Estado e por este em parceria com as autarquias. Ai, o sector privado tem um papel pequeno, onde tem um papel muito grande é na mobilização de casas antigas. Por isso, a importância do pacto para a modernização do parque habitacional antigo, que constitui a maior alavanca para o relançamento do mercado de arrendamento para famílias de menores recursos que a ele têm recorrido e que necessitariam ainda de recorrer mais.

O Sr. Presidente (João Amaral) — Inscreveram-se, para pedir esclarecimentos adicionais, os Srs Deputados Margarida Botelho, Castro de Almeida e António Dias Baptista

Tem a palavra, Sr.<sup>a</sup> Deputada Margarida Botelho

A Sr.<sup>a</sup> Margarida Botelho (PCP) — Sr Presidente, a questão que gostaria de colocar à Sr<sup>a</sup> Secretária de Estado prende-se com o incentivo ao arrendamento jovem, que poderia ser uma medida de combate à desertificação e ao envelhecimento dos centros das cidades e, ao mesmo tempo, um reforço e dinamização do mercado de arrendamento, bem como um apoio importante à autonomização no princípio de vida dos jovens.

Todavia, há algumas questões no Incentivo ao Arrendamento por Jovens que não comprehendo e que gostaria a Sr<sup>a</sup> Secretária de Estado pudesse esclarecer. Uma delas é a falta de divulgação que tem este incentivo. A outra prende-se com o facto de o subsídio do IAJ ser atribuído com base na divisão do rendimento líquido do jovem por 12 meses de renda. Isto gera uma situação complicada, que é a seguinte: um jovem que, por exemplo, tem o seu primeiro emprego em Setembro de 1999 e cuja primeira declaração de IRS é entregue em Fevereiro de 2000, concorre ao subsídio do IGAPHE que é recusado porque a sua taxa de esforço é muito grande, uma vez que dividiram o rendimento líquido de três meses de trabalho por doze meses de renda. Ora, isto gera que este jovem tem de continuar a suportar uma renda por mais 12 meses, até entregar uma nova declaração de IRS, em Fevereiro de 2001. Tendo em

conta que o IGAPHE está a entregar estes subsídios e a avaliar estes casos com dois ou três meses de atraso, isto representa um peso muito complicado para um jovem em início de vida.

Uma outra questão que se coloca é o baixo valor do subsídio. O subsídio do IAJ tem um valor máximo de 50 contos e no mercado de arrendamento, ficando-nos pelo exemplo de Lisboa, é muito difícil encontrar uma casa por menos de 100 ou 90 contos. Convenhamos que esse máximo de 50 contos não é muito.

Otra questão, ainda, prende-se com o facto de não haver retroactivos. O esforço que representa ficar a aguardar dois ou três meses pela resposta do IGAPHE, estar à espera que lhe defiram o processo, ter de pagar o primeiro mês e o mês de caução e não haver retroactivos torna tudo mais complicado.

Finalmente, Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado, têm-se verificado alguns atrasos na entrega do subsídio, ultrapassando o dia 8 de cada mês.

**Vozes do PCP — Muito bem!**

**O Sr. Presidente (João Amaral):** — Tem a palavra o Sr. Deputado Castro de Almeida

**O Sr. Castro de Almeida (PSD):** — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado, esta é uma boa oportunidade para que V. Ex.<sup>a</sup> possa explicar à Câmara por que razão, na próxima semana, vai entrar em vigor uma portaria que baixa de 6% para 5,5% a taxa de juro comparticipável pelo Estado. Agora, justamente, quando as taxas de juro estão a subir, o Governo baixa a taxa de referência da bonificação nos empréstimos para aquisição de nova habitação. De facto, este Governo já nos habituou a estar em contraciclo em muitas matérias. O Ministro Pina Moura fê-lo na gasolina e voltou a fazê-lo na portaria que assinou, e que vai entrar em vigor na próxima semana, tornando mais caro o crédito à habitação, que por si só já encareceu por força da subida internacional das taxas de juro. Ora, quando se esperava que o Estado aparecesse a ajudar, ou pelo menos que não desajudasse, o Estado vem encarecer ainda mais.

Gostaria de dizer à Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado — já fez contas, com certeza, mas também fiz as minhas — que os pagamentos das prestações repercutem-se alguns meses depois das subidas das taxas de juro, porque as taxas são estabilizadas durante 3, 6, 9 ou 12 meses. No entanto, as subidas verificadas no último ano na taxa Lisbor, por exemplo, fazem com que o crédito à habitação seja para muitas famílias mais caro 16% do que era há um ano atrás. Esta medida do Governo vem encarecer-l-o ainda mais 6% em cima dos 16% que o aumento da taxa de juro já tinha originado. Ou seja, em vez de ajudar, o Governo desajudou.

Entretanto, talvez para esconder esta realidade, o Governo criou, na última semana, um grande alarido na comunicação social, dando conta da intenção de aprovar um conjunto de medidas de reabilitação urbana e ajudas aos inquilinos. Encheu páginas e páginas dos jornais com medidas supostamente inovadoras em matéria de habitação.

Pelas minhas contas, Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado, passa-se o seguinte: o Governo diz que tem 6 milhões de con-

tos para este efeito e diz que vai beneficiar 100 000 inquilinos dos centros urbanos. Ora, fazendo as contas, isto dá uma ajuda de cinco contos por mês nas rendas dos inquilinos. Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado, não se justifica tanto alarido para tão pouca acção! É «muita parra e pouca uva», é muita conversa e pouca obra! Ou seja, é pouco dinheiro para esta matéria.

**O Sr. Presidente (João Amaral):** — Tem a palavra o Sr. Deputado António Dias Baptista.

**O Sr. António Dias Baptista (PS):** — Sr Presidente, Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado, em primeiro lugar, quero registar com significativo agrado uma alteração de comportamento que este Governo, tal como o anterior, tem vindo a demonstrar de preocupação com a habitação. Esta questão não é despicienda, tendo nós a memória daquilo que aconteceu com os governos do PSD, pelos quais esta problemática foi, infelizmente, tão pouco cuidada.

Esta é que é a questão central, porque, como sabemos, um dos problemas nas cidades, fundamentalmente nas grandes metrópoles, tem a ver com a degradação do parque habitacional nos cascos velhos das mesmas, sendo que isto acontece, como a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado bem referenciou, por duas ordens de razões. Tal prende-se com o problema da não realização de obras de conservação absolutamente necessárias, mas também está relacionado, como também é público e notório, com o problema das rendas antigas e não actualizadas que não permitem uma taxa de esforço, quer ao proprietário, quer, e sobretudo, ao inquilino. Portanto, este pacote de reabilitação urbana que o Governo, em boa hora, está a lançar, parece-nos muitíssimo oportuno.

Mas a questão que gostaria de lhe colocar é a seguinte: sabendo nós, por experiência de outras tentativas no passado, que, apesar desta tentativa de valorização do património, há sempre uma grande retracção de alguns proprietários em colocar o seu parque habitacional no mercado do arrendamento, o Governo tem prevista alguma medida sancionatória, por exemplo em termos de um imposto mais punitivo para os proprietários que não coloquem as suas habitações no mercado habitacional?

**O Sr Presidente (João Amaral):** — Para responder, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado da Habitação

**A Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado da Habitação:** — Sr Presidente, responderei às perguntas pela ordem em que me foram feitas.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Margarida Botelho, como sabe, o Estado tem feito um esforço enorme, e muito superior ao do passado, no que toca ao subsídio ao arrendamento jovem.

Neste momento, beneficiam deste subsídio 23 000 famílias de jovens, o que corresponde a um encargo de cerca de 12 milhões de contos por ano, ou seja, praticamente metade do encargo despendido com o realojamento de famílias que vivem em barracas. Trata-se de um esforço enorme que, aliás, cobre uma percentagem muito significativa dos jovens que constituem família, porque, obviamente, os jovens escolhem a data em que têm uma casa própria — normalmente, quando se casam, se bem que, felizmente, nos últimos anos, tem havido muitos jovens que

saem de casa dos pais muito antes de se casarem, o que era relativamente raro

O subsídio ao arrendamento jovem destina-se a jovens que tenham uma vida estabilizada. Também não convém incentivar os jovens a assumirem encargos que depois não têm meios para cumprir, como no caso que referiu.

**A Sr.<sup>a</sup> Margarida Botelho (PCP)** — Mesmo que tenham encontrado trabalho?

**A Oradora:** — Não se pode dizer que seja muito avisado que um jovem tente sair de casa dos pais quando está a trabalhar há apenas três meses

**A Sr.<sup>a</sup> Margarida Botelho (PCP)** — É o Governo que decide isso?

**A Oradora:** — Não, o Governo não decide nada disso! Estou apenas a fazer um comentário relativo ao exemplo que me foi referido

O que se verifica no incentivo ao arrendamento jovem é que o subsídio é relativamente elevado. Aliás, a média das rendas dos jovens que beneficiam de incentivo ao arrendamento é superior à média das rendas de mercado e o incentivo que lhes é dado faz com que a sua taxa de esforço, que, se não houvesse esse incentivo, seria elevada — na ordem dos 50% do seu rendimento —, esteja, neste momento, reduzida a 16%. Isto representa um esforço extremamente importante, que não tem semelhante em qualquer outro país europeu, pois, aqui, este apoio é muito superior.

Aliás, quando se analisa o agregado destas famílias de jovens que beneficiam deste incentivo ao arrendamento jovem, verifica-se que mais de 50% tem um único elemento e que, do restante, há uma grande percentagem com dois elementos. Ou seja, trata-se, de facto, de algo que veio dar uma muito melhor qualidade de vida aos jovens, mas a um nível que é invulgar na média europeia, na medida em que, na Europa, em média, o número de jovens com casa própria que vivem sozinhos é muito inferior ao existente em Portugal.

**A Sr.<sup>a</sup> Margarida Botelho (PCP).** — Em casa arrendada!

**A Oradora:** — Sim, em casa arrendada. Quando digo «casa própria» refiro-me quer à arrendada quer à casa própria.

Aliás, em Portugal, mais ou menos metade das famílias jovens tem casa arrendada e a outra metade casa própria, segundo os dados do INE, o que mostra uma repartição relativamente equilibrada. O número de pessoas por família é que é muito baixo do que a média europeia, porque os jovens, em Portugal, adquiriram casa própria muito mais cedo do que a maior parte dos jovens europeus, o que não deixa de ser agradável para os jovens portugueses. Mas não penso que seja esta a maior carência da nossa sociedade, onde há tantos idosos com tantos problemas habitacionais e tantas famílias de recursos baixos também com dificuldades habitacionais.

No que respeita às perguntas colocadas pelo Sr. Deputado Castro de Almeida, que têm a ver com os benefícios

do novo pacote de medidas em matéria de habitação, gostaria que não confundisse dois aspectos. Uma coisa é um programa a médio prazo, onde se estima o número de pessoas que, ao longo dos anos, virão a ser abrangidas por esse programa. Qualquer governo seria completamente irresponsável pretender abranger, logo no primeiro ano, o conjunto dessas pessoas.

Portanto, dividir os montantes orçamentados para um primeiro ano pelo total dos beneficiários possíveis a médio prazo é, obviamente, uma conta que não pode fazer! No primeiro ano, iniciar-se-á esse processo e não sei se o mercado gerará o dinamismo suficiente para que todos os subsídios previstos sejam aproveitados. Agora, é evidente que os 100 000 beneficiários não o serão no primeiro ano mas, sim, num conjunto de anos possível, na medida em que correspondem ao conjunto de pessoas beneficiárias a médio prazo.

O Sr. Deputado colocou-me ainda uma questão sobre as taxas de juro, mas, como sabe, nem as taxas de juro nem a política fiscal são da competência do Ministério do Equipamento Social, pelo que este tipo de perguntas deverá ser endereçado ao Ministério das Finanças. É óbvio que eu poderia dar a minha explicação, mas penso que não devo fazê-lo, na medida em que não vou substituir-me a outro membro do Governo na resposta a perguntas que, com certeza, terão todo o gosto em lhas fazer directamente.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente (João Amaral)** — Srs. Deputados, vamos passar à pergunta seguinte, relativa à situação na empresa Arco-Têxteis de Santo Tirso, que será formulada pelo Sr. Deputado Honório Novo e respondida pelo Sr. Secretário de Estado do Trabalho e Formação.

Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo

**O Sr. Honório Novo (PCP)** — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado do Trabalho e Formação, a Arco-Têxteis é, como se sabe, uma empresa muito importante do concelho de Santo Tirso. Esta empresa, neste momento, emprega cerca de 1000 trabalhadores e tem um processo de modernização tecnológica que conta com financiamentos comunitários e nacionais.

No início deste ano, como é normal, os trabalhadores iniciaram um processo de alteração das suas condições salariais, mas a administração respondeu com silêncio, pelo menos, durante um mês, até os trabalhadores decidirem fazer uma paralisação laboral. Nessa altura, a administração reviu a situação e iniciou um processo de negociação que hoje decorre sob a égide do IDICT. Permite que lhe diga que é pena que só mediante uma posição de ruptura, que tinha de ser assumida pelos trabalhadores, é que a administração se decidiu ouvir o que já tinha sido referido um mês antes. Mas o mais importante — e é este o objecto da minha pergunta — tem a ver com a sequência das decisões da administração subsequentes à realização do dia da greve.

De facto, depois de realizada a greve, a administração decidiu suspender 26 trabalhadores, que não são quaisquer trabalhadores, porque parece terem sido escolhidos, como se costuma dizer, «à unha», já que são delegados e diri-

gentes sindicais, ex-delegados e ex-dirigentes sindicais, os trabalhadores mais activos na empresa. Para a tomada dessa decisão a administração invoca a existência de agressões entre trabalhadores, que condicionavam e impediam de trabalhar quem o queria fazer, mas a Polícia de Segurança Pública de Santo Tirso, que, não se sabe bem porquê, esteve presente durante todo o dia de greve, não registou qualquer agressão ou incidente, e invoca prejuízos, esquecendo-se de que uma greve é isso mesmo, é a suspensão da hierarquia das relações contratuais de trabalho. Depois da greve, a administração pressiona os trabalhadores a assinarem um papel no sentido de dizerem se fizeram ou não greve.

Isto é, com esta decisão, a administração procura manipular os trabalhadores incentivando-os à substituição da comissão sindical, cortando, digamos assim, a capacidade reivindicativa dos trabalhadores.

Perante este conjunto de decisões da administração, embora a negociação laboral siga os seus trâmites, e não é esta a questão que me motiva, o que pensa o Ministério desta situação? Há ou não o ferir da liberdade sindical? Há ou não uma pretensão de atingir, de uma forma ilegítima, a capacidade de decidir o direito à greve por parte dos trabalhadores? O que pensa o Ministério do Trabalho de tudo isto? O que pensa fazer o Ministério para convencer a administração de que as suas decisões são, porventura, erradas e que o melhor para a paz social e a estabilização económica e social na empresa seria a suspensão desta decisão que nos parece iníqua?

O Sr Presidente (João Amaral) — Para responder, tem a palavra o Sr Secretário de Estado do Trabalho e Formação.

O Sr Secretário de Estado do Trabalho e Formação (Paulo Pedroso) — Sr Presidente, Sr Deputado Honório Novo, penso que é importante ponderar também nesta sede a questão que coloca e que tem a ver com o papel da administração perante conflitos laborais.

Sr Deputado, o primeiro dever da administração é o de verificar se estão a ser cumpridos os pressupostos de legalidade e a legislação do trabalho. Não faz parte do papel da administração saber se os sindicatos ou empresas têm as actuações mais favoráveis às opiniões de quem quer que seja, para isto, quer uns, quer os outros, têm totais deveres de cidadania, pelo que, quer uns, quer os outros, tomarão as decisões que considerarem adequadas.

Desta forma, Sr. Deputado, o Governo não está em condições de dizer se os trabalhadores ou a administração tiveram, no plano político, as atitudes mais adequadas, porque este é um direito inalienável de ambas as partes e no qual não podemos, nem devemos, interferir.

O Sr Deputado referiu a existência de um processo disciplinar que implicou a suspensão de trabalhadores. Neste ponto, começo por esclarecer que esse processo disciplinar, tendo sido alvo de comunicações, está a ser acompanhado pela Inspecção-Geral do Trabalho para se saber se cumpre os pressupostos de legalidade, se está a ser cumprida a legislação de trabalho, em todos os domínios. E, como é do conhecimento da Câmara, há uma matéria especialmente sensível, que é o facto de esse processo envolver dirigentes sindicais, em relação aos

quais tem de haver uma especial salvaguarda de direitos nos termos da lei.

Como eu já disse, a Inspecção-Geral do Trabalho está a acompanhar a situação e penso que, ontem mesmo, a Inspecção-Geral do Trabalho foi ao local para um contacto com os trabalhadores, no sentido de verificar a legalidade da situação. Dos termos em que o Sr Deputado formulou a pergunta não inferi que houvesse qualquer suspeição específica de ilegalidade em qualquer dos passos do processo, mas, se tal acontecer, terei todo o gosto em responder às questões que venha a entender colocar no desenvolvimento desta matéria.

O Sr Presidente (João Amaral) — Para pedir esclarecimentos adicionais, inscreveram-se os Srs. Deputados Honório Novo e Fernando Jesus.

Tem a palavra o Sr Deputado Honório Novo.

O Sr Honório Novo (PCP). — Sr Presidente, Sr Secretário de Estado, como sabe, esta é uma questão delicada e, inclusivamente, já foi objecto de pedidos de audição pelos grupos parlamentares por parte dos trabalhadores suspensos, e o que se verificou é que uns receberam-nos e outros entenderam não os receber, provavelmente, não sei, por razões que não quero comentar.

O Sr Secretário de Estado disse-me que o IDICT está a acompanhar a situação, mas, tanto quanto sei, o IDICT, neste momento, está apenas a tentar acompanhar o processo negocial no plano laboral. Segundo as informações de que disponho, o IDICT não está, por recusa da administração da empresa, diga-se, a tentar mediar o conflito e a decisão de suspensão dos dirigentes, delegados e ex-dirigentes e ex-delegados sindicais. Por recusa, insisto, da administração! E é exactamente por isto que pergunto: mediante esta recusa o que pensa o Governo fazer? Vai remeter a questão para tribunal? É evidente que compreendemos ser esta uma questão que, em última instância, pode ser resolvida em tribunal, mas não está em questão esta via, não está em questão uma ilegalidade específica desta decisão. O que está em questão, como referi, é a situação dos dirigentes e delegados sindicais, digamos que um conjunto de trabalhadores mais activos, o que, como é natural, pressupõe, da parte da administração da empresa, uma acção política deliberada, muito mais do que legal ou legal, se quiser, mediante a qual creio que o poder público deveria intervir no sentido de, pelo menos, mostrar à administração da empresa que está atento à situação e que, eventualmente, aquela decisão fere o direito à liberdade sindical e à greve. Em meu entender, a administração pública deveria ainda convencer a administração da empresa a rever e a anular a suspensão dos trabalhadores e a decisão que, quanto a mim, é prepotente e manipuladora.

Vozes do PCP — Muito bem!

O Sr. Presidente (João Amaral) — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Jesus.

O Sr Fernando Jesus (PS) — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado do Trabalho e Formação, conhecemos o essencial do conflito que a empresa Arco-Têxteis, de Santo Tirso, enfrenta com alguns dos seus trabalhadores, as-

sím como a empresa e a sua dimensão, que é, como o Sr Deputado Honório Novo já aqui referiu, uma empresa muito importante do Vale do Ave, pois emprega cerca de 1000 trabalhadores e tem uma situação historicamente sólida, não sei se terá alguns problemas pontuais, mas, tradicionalmente, é uma empresa financeiramente sólida. Também tenho a informação de que a empresa procedeu a aumentos salariais da ordem dos 5,3% e do levantamento de 26 processos disciplinares a trabalhadores, com as características já referidas pelo Sr. Deputado Honório Novo. Lamentamos o levantamento destes processos disciplinares e pensamos que o Governo deverá fazer e que tudo fará para, dentro da legalidade, impedir, na medida do possível, que estas situações se verifiquem.

No entanto, gostaria de perguntar ao Sr Deputado Honório Novo, se o Regimento me permitir, mas, se calhar, não me permite.

**O Sr Presidente (João Amaral)** — O Sr Deputado inscreveu-se para pedir esclarecimentos adicionais ao Sr Secretário de Estado e não para

**O Orador** — Exactamente, Sr Presidente. Então, coloco uma questão ao Sr Secretário de Estado para, se ele quiser, responder.

Como já referi, lamentamos o levantamento de 26 processos disciplinares, o que é sempre penoso para os trabalhadores e para nós, que temos sensibilidade para os assuntos laborais e para os problemas que as pessoas enfrentam. Agora, o que quero perguntar — e a pergunta fica no ar — é se todos nós concordamos em que, num processo de greve — o que é indiscutivelmente legítimo e que até deve ser usado pelos trabalhadores quando este entendam que não há outra forma de fazer prevalecer o seu ponto de vista —, trabalhadores que queiram trabalhar sejam impedidos de o fazer, como aconteceu com muitos trabalhadores?

**O Sr Presidente (João Amaral)** — Sr Deputado, peço-lhe que conclua, pois já esgotou o tempo regimental.

**O Orador** — Vou concluir, Sr Presidente, com a pergunta. não teremos nós também de fazer uma certa pedagogia junto dos trabalhadores no sentido de serem respeitadores dos direitos de cada um, por forma a evitar situações idênticas às que aconteceram, ou seja, de trabalhadores serem impedidos de trabalhar? Também não deveríamos condenar este tipo de comportamento?

**O Sr Presidente (João Amaral)** — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Trabalho e Formação

**O Sr. Secretário de Estado do Trabalho e Formação** — Sr. Presidente, Srs Deputados, gostaria de esclarecer claramente o âmbito da missão que o IDICT e a Inspecção-Geral do Trabalho têm tido nesta matéria, porque, segundo me parece, o Sr Deputado Honório Novo dispõe de uma informação incompleta, que tenho todo o prazer em completar.

Em primeiro lugar, há um processo de conciliação, que, aliás, já produziu resultados e que, como o Sr. Deputado

referiu, corresponde àquilo que o Sr Deputado tinha conhecimento.

O IDICT não pode mediar um conflito contra a vontade de uma das partes — e penso que o Sr Deputado também me acompanhará nesta matéria, independentemente da opinião que possa ter sobre a vontade ou falta de vontade, a bondade ou a não bondade da falta de disponibilidade de uma das partes. Mas o IDICT tem, via Inspecção-Geral do Trabalho, uma segunda componente de actuação (e ainda há pouco acabei de a mencionar quando referi a sua deslocação à empresa em questão), que é a da verificação de que a evolução do processo disciplinar, que é uma prerrogativa da empresa — é uma prerrogativa da empresa, independentemente de qualquer consideração, como a do Sr Deputado Fernando Jesus ou outras, sobre este facto —, decorre nos termos legais e, como também envolve dirigentes e delegados sindicais, nomeadamente, de que os trabalhadores suspensos em funções sindicais têm condições de acesso às instalações e aos trabalhadores por forma a não porem em causa o exercício dessa sua função sindical. E ainda ontem a Inspecção-Geral do Trabalho esteve no local para averiguar se esta condição, digamos assim, está a ser cumprida, perante a informação de que esses trabalhadores apenas teriam acesso à empresa acompanhados, e para verificar a natureza desse acompanhamento e se este configura alguma ilegalidade.

Sr. Deputado, tenha a certeza de que, se houver ilegalidade na natureza desse acompanhamento, haverá, nos próximos dias, uma actuação em conformidade da Inspecção-Geral do Trabalho para que a legalidade seja reposta. O que a Inspecção-Geral do Trabalho e o IDICT não podem fazer é interferir no desenvolvimento normal de um processo disciplinar, que é, no âmbito da legislação do trabalho, uma prerrogativa da empresa nas circunstâncias

**O Sr Presidente (João Amaral)** — Srs Deputados, vamos passar à pergunta sobre o hospital regional de Évora, que será formulada pela Sr<sup>a</sup> Deputada Maria do Céu Ramos e respondida pela Sr<sup>a</sup> Ministra da Saúde

Tem a palavra a Sr<sup>a</sup> Deputada Maria do Céu Ramos

**A Sr.<sup>a</sup> Maria do Céu Ramos (PSD)** — Sr Presidente, Sr<sup>a</sup> Ministra da Saúde, registo com agrado que V Ex<sup>a</sup> se tenha disponibilizado para vir ao Parlamento responder a uma questão, que, para nós, é extremamente importante e penso que também o é para o Ministério da Saúde e para V Ex<sup>a</sup>, a sua vinda significa, a meu ver, isso mesmo.

Existe, em Évora, o Hospital do Espírito Santo, que é o antiquíssimo Hospital da Misericórdia, ao qual se acrescentou, há 28 anos, uma nova ala, que, hoje, é uma unidade complexa, com muitos problemas de gestão, de eficiência e de utilização, mas, sobretudo, com uma insuficiência nos cuidados de saúde que presta à população que serve. Junto ao Hospital do Espírito Santo, de Évora, existe o Hospital do Patrocínio, que, há cerca de 30 anos, foi doado por um benemérito da cidade à cidade, com um determinado propósito. O Hospital do Patrocínio, que, entretanto, estivera sob a gestão da Misericórdia de Évora, viu-se envolvido num longuíssimo processo que se arrastou, até que o Governo do Partido Socialista julgou ter encontrado a solução definitiva, que passava pela sua reintegração no Hospital do Espírito Santo.

Assim, hoje, temos duas unidades de saúde — aliás, eu diria que só temos uma, o Hospital do Espírito Santo, porque o Hospital do Patrocínio é um centro de consultas, mas, com generosidade, podemos dizer que temos duas unidades de saúde em Évora — que distam 60 metros de distância uma da outra, não estão ligadas entre si, que não têm funcionalidade e operacionalidade, mas, sobretudo, a ultrapassagem das limitações destas duas unidades de saúde para poderem responder às necessidades de cuidados de saúde da região é muitíssimo onerosa e, do ponto de vista dos especialistas, nunca conseguirão obter economias de escala, a eficácia necessária nas respostas, rentabilizar os recursos humanos, nem incluir novas valências que, hoje, ali não existem.

Tudo isto, que é consensual na sociedade da região, entre os vários partidos, os técnicos de saúde, as várias opiniões que doutamente se podem pronunciar sobre a matéria, levou, há cerca de seis meses — já que fará seis meses na próxima segunda-feira que as eleições se realizaram —, a que todos os partidos incluissem nas suas propostas ou promessas eleitorais a ideia da construção de um hospital de substituição. O PSD foi um destes partidos e o Partido Socialista foi outro. Todavia, o PIDDAC para este ano, apresentado pelo Governo, não contemplou qualquer disponibilidade financeira para avançar, sequer, com estudos ou projectos sobre esta matéria.

**O Sr Presidente (João Amaral) — Sr<sup>a</sup> Deputada, tem de concluir**

**A Oradora — Vou já concluir, Sr Presidente.**

Só quero saber se, depois deste longo e penoso percurso, o Governo tem ou não vontade política, porque é só esta a resposta que quero, para avançar com a instalação de um hospital de substituição em Évora.

**Vozes do PSD — Muito bem!**

**O Sr Presidente (João Amaral). — Para responder, tem a palavra tem a palavra a Sr<sup>a</sup> Ministra da Saúde.**

**A Sr<sup>a</sup> Ministra da Saúde (Manuela Arcanjo) — Sr Presidente, desejo uma boa tarde aos Srs. Deputados. É um prazer estar convosco**

Começo por agradecer à Sr<sup>a</sup> Deputada Maria do Céu Ramos em ter considerado, o que é verdade, que a minha vinda é não só por ser minha obrigação vir aqui sempre que os Srs. Deputados assim o solicitarem mas também por considerar a questão colocada importante.

Sr<sup>a</sup> Deputada, temos de distinguir duas questões, se me permite, na sua intervenção. A Sr<sup>a</sup> Deputada referiu a existência de problemas de gestão e de eficácia, de alguma insuficiência na prestação de cuidados no hospital de Évora. Não vou dizer que não existem problemas. Estou a acompanhar a situação, quer com o conselho de administração da ARS do Alentejo, quer com o novo conselho de administração do hospital, e dentro de pouco tempo terei oportunidade de fazer uma visita ao hospital de Évora, já com algumas medidas, em que estou a trabalhar com o director do hospital, para resolver alguns problemas ainda existentes.

Mas, se me permite, não são, efectivamente, problemas de gestão, de organização ou de eficácia que justificam, nem o poderiam justificar, a construção de um novo hospital mas, sim, outros, que a Sr<sup>a</sup> Deputada também referiu, que têm a ver com a funcionalidade, com as dificuldades de ligação entre os dois edifícios, com a existência, ainda, de muitos serviços que não reúnem as melhores condições, primeiro, para os profissionais de saúde e, depois, como é natural, para a melhor prestação de cuidados de saúde e de qualidade aos utentes.

Portanto, não ponho em causa, porque não tenho outra informação a não ser efectivamente os problemas que referi, a necessidade de uma de duas alternativas a construção de um novo hospital, de substituição, ou, e esta é uma alternativa possível, nem que seja teórica, mas possível, a de se definir claramente as obras de recuperação e de correcção das ineficiências que existem.

Permita-me que responda da seguinte maneira: darei o tratamento, que especificarei a seguir, ao hospital de Évora, como tenho de dar a outras 19 solicitações de hospitais de substituição. Não posso considerar que, aqui, o critério seja com base no «sim» ou no «não».

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD). — É «sim»!**

**A Oradora — Seria muito simples eu dizer 10 milhões de contos, em média, são 200 milhões de contos e o País não tem capacidade, nem nos próximos 10 anos — mas eu nunca poderia fazer isto!**

Quanto à alternativa, digo que sim a todos, porque acredito que seja necessário em termos da região. Quando me solicitam e apresentam as razões, não ponho em causa que seja necessário. Eu própria, quando visito um serviço ou um hospital, por mim, faria tudo de novo. A questão é de racionalidade.

Assim, numa posição frontal e honesta, que é a que costumo ter e os Srs. Deputados conhecem-na, o que posso dizer é que na preparação do PIDDAC para 2001 e na programação financeira para os anos seguintes será contemplado um hospital novo, se houver condições — e tudo farei para que isso aconteça —, ou a outra alternativa que referi se se demonstrar que não é irracional do ponto de vista financeiro e que não há prejuízos em termos da prestação de cuidados, o que acontecerá a partir de Abril. Ou seja, a partir desta altura serão desenvolvidos os estudos para o hospital de Beja e para todos os outros que me colocaram como solicitação, a fim de dar as respostas que forem possíveis financeiramente, mas já com alguma inscrição, em termos de PIDDAC para 2001, para aqueles que puderem avançar e se justificar, em nome da melhoria da qualidade e de acesso aos utentes, que é aquilo que todos nós colocamos em primeiro lugar. Tudo isto será contemplado na elaboração do PIDDAC para 2001, que vai ter início, em termos de levantamento e de estudos técnicos, a partir deste próprio mês de Abril. Penso que os estudos não demorarão muito tempo, serão solicitados com a maior urgência, mas não vou fazer qualquer opção — que isto fique claro! — por critérios financeiros, porque, como também costumo dizer, não à questão, porque a Sr<sup>a</sup> Deputada não me colocou ..

**O Sr Presidente (João Amaral)** — Sr<sup>a</sup> Ministra, peço-lhe que abrevie a resposta, pois creio que já respondeu ao essencial

**A Oradora:** — Muito obrigado, Sr Presidente. Termino!

**O Sr Presidente (João Amaral)** — Muito obrigado, Sr<sup>a</sup> Ministra Aliás, vai ter oportunidade de completar a resposta, se algo ficou por dizer, porque vai ter muitas perguntas para responder

Para pedir esclarecimentos adicionais, estão inscritos os Srs Deputados Maria do Céu Ramos, Lino de Carvalho, Carlos Martins, Mafalda Troncho e Pedro Mota Soares

Tem a palavra a Sr<sup>a</sup> Deputada Maria do Céu

**A Sr<sup>a</sup> Maria do Céu Ramos (PSD).** — Sr Presidente, Sr<sup>a</sup> Ministra da Saúde, a sua resposta, como disse, não é uma resposta de «não», não é uma resposta de «sim», eu diria que é uma resposta de «um». É uma resposta que, politicamente, não serve para grande coisa e, sobretudo, não responde à única questão concreta que coloquei, que é a de saber se o Governo tem vontade política de resolver aquele problema. A Sr<sup>a</sup> Ministra — e bem! — teceu cenários, disse que não vai decidir agora e que não tomará uma decisão por razões de ordem estritamente financeira. Isto deixa-me contente!

Em todo o caso, devo dizer-lhe que na sua resposta cabe o tudo e cabe o nada. E eu gostaria que esta minha pergunta ao Governo, que esta minha interpelação ao Governo, me permitisse ter mais do que «uma mão cheia de nada».

**O Sr Luís Marques Guedes (PSD)** — Muito bem!

**A Oradora** — me permitisse ter uma resposta concreta que respondesse aos anseios, às preocupações e às necessidades concretas das populações do distrito de Évora, às preocupações dos profissionais de saúde e às preocupações dos políticos, porque nós, como representantes das pessoas que nos elegeram temos de fazer alguma coisa para sensibilizar o Governo de que é errado — e é isto que quero dizer-lhe — juntar o Hospital do Patrocínio com o Hospital do Espírito Santo, porque não vai resolver os problemas, que são estruturais e insuperáveis, por muitas soluções que a técnica, hoje, possa forjar

Évora precisa de um hospital de referência, porque serve uma zona muito alargada do território; Évora precisa de novas valências; Évora precisa, também, de ver utilizada a favor da região e do País a sua excelente localização estratégica, porque se situa perto de Lisboa, numa zona de grande circulação, a meio caminho de Espanha. Tudo isto são razões que não são directas da área dos cuidados de saúde, mas que devem levar a preferir a solução de Évora aos outros 19 pedidos que a Sr.<sup>a</sup> Ministra tem pendentes

**O Sr Luís Marques Guedes (PSD)** — Muito bem!

**O Sr Presidente (João Amaral)**. — Tem a palavra o Sr. Deputado Lino de Carvalho

**O Sr. Lino de Carvalho (PCP)** — Sr Presidente, Sr<sup>a</sup> Ministra da Saúde, muito rapidamente, vou colocar-lhe duas questões.

Sr<sup>a</sup> Ministra, há dois tipos de problemas: problemas de gestão e problemas estruturantes do processo

Quanto à gestão, pergunto: por que é que a Sr<sup>a</sup> Ministra não me envia, em resposta ao requerimento que lhe enderecei no princípio do ano, o relatório da Inspeção-Geral de Saúde sobre o Hospital Distrital de Évora?

**A Sr<sup>a</sup> Natália Filipe (PCP)**: — Muito bem!

**O Orador:** — É um direito que a Assembleia da República tem. Por que é que a Sr<sup>a</sup> Ministra não me envia? Por que é que não me responde a isto? Tanto mais que a situação caricata é que toda a gente conhece o relatório

**O Sr. José Junqueiro (PS)** — Ah! Então, também o conhece!

**O Orador.** — Conhecem-no os médicos, os serviços, os amigos dos médicos, os responsáveis dos serviços. Só a Assembleia da República ainda não recebeu do Governo o relatório que mantém secreto. Por quê, Sr. Ministra? Quando é que me responde? Quando é que me envia?

Segunda questão, Sr<sup>a</sup> Ministra, não há duas alternativas em relação às soluções estruturantes. Não há duas alternativas, porque uma alternativa seria ligar, articular, o dito Hospital do Patrocínio com o Hospital Distrital de Évora, o Hospital do Espírito Santo, mas isto passa por ligações que nem o IPPAR, nem a autarquia local — e muito bem! —, nem os cidadãos eborenses permitiriam fazer numa cidade classificada como património mundial, com muralhas setecentistas, e tudo aquilo teria de sair. Portanto, a solução encontrada para o Hospital do Patrocínio foi uma solução de remendo, de recurso, mas não é a solução de fundo, pois esta tem de apontar para um novo hospital regional, em relação ao qual há compromissos políticos, designadamente, do partido que suporta o Governo

O que a Sr<sup>a</sup> Ministra pode dizer é que há uma outra área de intervenção que pode aliviar a pressão que, hoje, se verifica sobre o hospital, que é a área dos cuidados de saúde primários. E, assim, se a Sr<sup>a</sup> Ministra me disser que vão investir na área dos cuidados de saúde primários, que vão ponderar os centros de saúde, a sua localização, os seus horários, os seus recursos humanos, que vão criar unidades de retaguarda que permitem aliviar o hospital distrital dos cuidados, deixando-o apenas para os cuidados diferenciados, fazendo com que os centros de saúde actuem numa região com a estrutura demográfica e geográfica que tem, já será uma resposta mais ponderada. Agora, este é um caminho, mas ele não é inválido, Sr<sup>a</sup> Ministra, uma solução de fundo — e esta é uma questão que está em cima da mesa —, para a qual há compromissos políticos e há efectivas necessidades de prestações de cuidados de saúde à população, que é, de facto, a construção de uma unidade hospitalar nova, de substituição, que dê resposta estruturada aos problemas colocados não só pelas ineficiências destes dois hospitais mas também pelo entrosamento em que eles estão a funcionar

**Vozes do PCP**: — Muito bem!

**O Sr. Presidente (João Amaral):** — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Martins

**O Sr Carlos Martins (PSD):** — Sr Presidente, a Sr<sup>a</sup> Ministra da Saúde reafirmou aqui que está ou vai, em Abril, equacionar, analisar, todos os pedidos, que são cerca de 20, de novos hospitais ou de hospitais de substituição — percebi que seriam de substituição. Naturalmente, reconhece — mau seria se assim não fosse — a legítima expectativa dos autarcas, das populações, mas, mais do que isso, dos próprios profissionais que, vivendo e sentindo os problemas dos seus hospitais, equacionam, em reflexão aberta, a substituição desses equipamentos por equipamentos mais rentáveis, em termos de gestão, que prestarão melhores cuidados de saúde e poderão até maximizar os actuais recursos humanos, que são escassos, como todos reconhecemos.

Disse a Sr<sup>a</sup> Ministra — e ficámos satisfeitos, como a minha colega já o afirmou — que qualquer decisão não será por razões financeiras. Ainda bem que assim será! Mas, a certa altura, a Sr<sup>a</sup> Ministra assumiu o compromisso de que iria elaborar planos directores regionais. Ora, quanto a esta decisão, que ainda estamos por saber quando vai ser tomada.

**O Sr Lino de Carvalho (PCP)** — Daqui a quatro anos!

**O Orador** — . . . ela será política ou será uma decisão técnico-política alicerçada nos planos directores regionais? E, se assim for, quando é que começam esses planos directores regionais? Quando é que serão públicos esses resultados? Eles condicionarão ou não o próximo PIDDAC? Talvez por não ter tido tempo, a Sr<sup>a</sup> Ministra não conseguiu, de facto, responder objectivamente à questão

**O Sr Luís Marques Guedes (PSD)** — Muito bem!

**O Orador** — Aguardamos a sua resposta, pois esta questão não é só de Évora, como a Sr<sup>a</sup> Ministra bem sabe, é uma questão nacional, porque há, de facto, pedidos, de norte a sul do país, de hospitais de substituição, de novos hospitais, e estas expectativas são, repito, perfeitamente legítimas e tecnicamente bem fundamentadas

**Vozes do PSD** — Muito bem!

**Sr. Presidente (João Amaral):** — Tem a palavra a Sr<sup>a</sup> Deputada Mafalda Troncho

**A Sr.<sup>a</sup> Mafalda Troncho (PS):** — Sr. Presidente, Sr<sup>a</sup> Ministra da Saúde, creio que a situação, em relação à saúde, no distrito de Évora, evoluiu de forma francamente positiva e exemplo disso foi o Hospital do Patrocínio

Parece-me muito interessante e louvável que a Sr<sup>a</sup> Deputada Maria do Céu Ramos recorde, aqui, o que são promessas eleitorais, porque esta também foi uma promessa eleitoral do PSD, que esteve, entretanto, 10 anos no Governo e que a não cumpriu, à semelhança do que fez com tantas outras coisas, e também não criaram qualquer alternativa em relação à situação com que nós, actualmente, nos confrontamos.

Os Deputados Socialistas, no entanto, ao longo de diversas tomadas de posição pública, têm manifestado alguma preocupação quanto à definição da estrutura hospitalar que se deseja para o distrito e para a região

Neste sentido e na sequência do requerimento que foi por nós efectuado, quero colocar-lhe algumas questões. Está o Ministério da Saúde preparado para, a curto prazo, realizar um estudo comparado entre a solução de continuidade da actual estrutura e a de um novo hospital para Évora? Está o Ministério da Saúde em condições de informar a data previsível para apresentar essa solução e os parâmetros que vão ser analisados para ela?

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**Sr Presidente (João Amaral):** — Tem a palavra o Sr Deputado Pedro Mota Soares

**O Sr. Pedro Mota Soares (CDS-PP):** — Sr Presidente, Sr<sup>a</sup> Ministra da Saúde, antes de mais, quero agradecer-lhe a sua presença, aqui, hoje, nesta Câmara, porque, a meu ver, dá uma dignidade não só a esta sessão de perguntas ao Governo como também a este assunto muito concreto do Hospital Distrital de Évora, que merece

Tenho pena, que tenhamos tão pouco tempo para questionar o Governo, mas são as regras do jogo e não podemos alterá-las, pelo que talvez seja um dos temas úteis para abordarmos em Comissão com a Sr<sup>a</sup> Ministra, e penso até que essa reunião já está agendada

Sr<sup>a</sup> Ministra, tenho a sorte de ser o último a pedir-lhe esclarecimentos, pelo que não vou repetir as perguntas que já aqui foram formuladas, mas quero fazer-lhe uma muito concreta, que me parece ser aqui o cerne da questão e que procura saber apenas isto para quando? E faço-lhe esta pergunta tão específica porque ouvi-a dizer, na sua intervenção, com razão, que vão estudar as alternativas que existem, não sabendo ainda se irão ou não construir o novo hospital, mas, eventualmente, não. Falou como se este problema fosse relativamente novo, o que, infelizmente, não é verdade. É um problema já muito antigo, sentido de uma forma muito directa pelas populações, pelos autarcas, pela sociedade civil e por um conjunto de pessoas daquela região e é, para além disso, um problema para o qual se procuraram algumas soluções, o que se comprova pelo facto de estarem a decorrer obras naqueles hospitais, obras que têm um atraso considerável, não se sabendo quando irão terminar, já que houve alteração dos projectos que estavam em curso

Todavia, registei, acima de tudo, a referência da Sr<sup>a</sup> Ministra ao facto de estar a contar ter já no PIDDAC para 2001 algumas coisas orçamentadas. E a pergunta muito concreta, muito temporizada, que quero fazer é a seguinte: considerando que o PIDDAC é um plano de investimentos e não um plano de intenções, no próximo Orçamento do Estado e no próximo PIDDAC virá já alguma coisa concreta para abordar este problema? Quando o próximo Orçamento do Estado chegar a esta Casa, os Deputados, os autarcas da região e as populações irão saber, em concreto, qual a solução escolhida pelo Ministério da Saúde para este problema, ou não?

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

**O Sr Presidente (João Amaral).** — Para responder, tem a palavra a Sr<sup>a</sup> Ministra da Saúde, dispondo, para o efeito, de 10 minutos

**A Sr<sup>a</sup> Ministra da Saúde** — Sr Presidente e Srs Deputados, tentarei responder às questões que me foram colocadas sem ultrapassar o tempo de que disponho

Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria do Céu Ramos, a senhora, como os demais Srs Deputados, poderia sair daqui com uma «mão cheia» de um hospital em promessa e ficar, depois, com uma «mão cheia» de nada Lamento imenso, mas não consigo trabalhar assim! Aquilo que eu disse — e não são promessas — foi que os estudos vão começar a ser feitos agora, em Abril Tenho muita pena, mas não posso dizer aqui, hoje, que vai haver um novo hospital em Évora, como também não posso dizer que vai haver um novo hospital no Algarve, na Guarda ou em qualquer outro sítio Lamento imenso! Estou sensibilizada para os problemas que existem em Évora e posso afirmar que existe vontade política de os resolver. Aliás, se dependesse da vontade política e do meu empenhamento pessoal a melhoria do equipamento hospitalar, construiriam-se 20 hospitais, para além dos que já estão inscritos em PIDDAC.

**O Sr José Junqueiro (PS)** — Muito bem!

**A Oradora** — Tenhamos a noção das realidades! O último hospital com comparticipação comunitária é o de Santiago do Cacém! Para além do investimento que terá de ser assegurado, eventualmente com a hipótese de se estabelecerem parcerias com o sector privado, para os hospitais que estão inscritos em planos funcionais para este ano e que ainda não têm financiamento assegurado — aliás, os Srs Deputados discutiram-nos aqui comigo, aquando da discussão do Orçamento para este ano .. Devo dizer que não volto aqui com planos funcionais sem ter contrapartidas financeiras asseguradas!

**O Sr Luís Marques Guedes (PSD)** — Então, não volta cá!

**O Sr Lino de Carvalho (PCP).** — O problema é do Governo, não é nosso!

**A Oradora** — Admito que haja problemas em termos da ligação dos dois edifícios, admito que haja problemas em melhorar aquilo que hoje são os serviços, mas a decisão não será puramente política — será política, porque será minha — será, necessariamente, para o caso de Évora e de todos os restantes hospitais, enquanto eu estiver nesta pasta, fundamentada Tenho imensa pena! Acredito em todas as aspirações locais, dos profissionais e dos utentes, que são legítimas, mas mal de mim se fosse decidir cada vez que me dizem que é necessário um serviço, um centro de saúde, um hospital, por um simples motivo: depois, não abriam, porque não há recursos humanos, e a Sr<sup>a</sup> Deputada sabe perfeitamente que não basta ter betão, aqui não estamos a tratar de auto-estradas mas de equipamentos que só funcionam, e bem, com recursos humanos!

É preciso um hospital de referência para Évora? Com certeza que sim! São precisas novas valências em Évora?

Com certeza que sim! Porém, eu quero um estudo fundamentado e nenhum dos Srs Deputados pode criticar-me por causa disso!

O Sr Deputado Lino de Carvalho colocou duas questões diferentes No entanto, começo por pedir muita desculpa, a si e a todos os outros Srs Deputados que me têm enviado requerimentos, pelo atraso nas respostas, mas devo dizer que já tenho prontas as respostas a todos os que não necessitam de relatórios para serem enviadas na próxima semana, e aproveito para agradecer o interesse manifestado pelas questões da saúde, pois têm sido de largas dezenas Reafirmo a si e a todos os Srs Deputados que têm enviado requerimentos ao Ministério da Saúde que as respectivas respostas serão remetidas o mais depressa possível, pedindo-lhes desculpa pelo atraso

O Sr Deputado Lino de Carvalho disse que eu devia ter referido como alternativa à solução que não passa pelo hospital de substituição a articulação e a apostar nos cuidados primários. Mas eu não preciso, felizmente, de colocar essa aposta na alternativa que vai ser estudada, porque essa é já a minha aposta. Aquilo em que estou a trabalhar com o presidente da ARS do Alentejo e com o director do hospital é já na aposta nos cuidados primários Ora, são algumas dessas medidas e acções que estão a ser trabalhadas, está-se a estimar os custos financeiros, porque, nos últimos 20 anos, houve algumas dificuldades financeiras na saúde Mas também pode fazer-se muita coisa, sabendo-se racionalizar as verbas Não serão, portanto, essas dificuldades a impedir que, muito em breve, sejam anunciadas medidas concretas em que estou a trabalhar, como eu disse, com o Sr Presidente da ARS do Alentejo e com o Sr Director do Hospital e que vão, efectivamente, dar algum alívio De todo o modo, estas medidas não são apenas para Évora, naturalmente, já que, como afirmei, a aposta nas várias vertentes dos cuidados primários é, para mim e para a minha equipa, decisiva nos próximos quatro anos, contudo, não é esta a matéria que devamos, hoje, desenvolver

O Sr Deputado Carlos Martins disse uma verdade indiscutível ao afirmar que há pedidos de norte a sul do país e que são legítimos, com o que estamos de acordo, mas, depois, acrescenta que eles pedidos são tecnicamente bem fundamentados Esta segunda parte é que ainda não vi, mas estou à espera!

O Sr Deputado perguntou ainda se a decisão será puramente política ou se político-técnica, e eu já respondi A decisão será política porque será minha, mas será fundamentada em relatórios técnicos

Sr.<sup>a</sup> Deputada Mafalda Troncho, obviamente, a resposta à questão que me colocou será aquela em que iremos começar a trabalhar no mais curto espaço de tempo Se referi que, hoje, nunca poderia dizer aqui se iria haver hospital novo, de substituição, foi exactamente por ser necessário e fundamental haver um estudo comparativo Apesar de já o ter dito, volto a salientar, a decisão nunca será fundamentada em critérios financeiros, até porque em alguns casos — e Évora, eventualmente, será um deles — não será fácil demonstrarem-me que é mais barato estar constantemente a fazer obras de reparação do que avançar para um hospital novo Portanto, o critério financeiro não será, nunca, um critério determinante

Quanto à data, neste momento, não posso dar a certeza. Trata-se de um relatório técnico e isto é algo que as equipas — e será mais do que uma, porque, neste momento, são 20 os hospitais que têm de ter o mesmo tratamento e a mesma metodologia — dirão. Porém, penso que será razoável admitir, se não houver atrasos (e, por isso, estarei cá eu para acompanhar esses trabalhos), um período de três meses, de maneira a que ainda possa entrar no quadro da elaboração do Orçamento do Estado.

Permito-me passar já para a questão referida pelo Sr Deputado Pedro Mota Soares, que é a de saber se no PIDDAC para 2001 virá ou não alguma resposta Virá, com certeza, alguma resposta para os hospitais cujos estudos demonstrarem que a decisão mais racional e melhor para os utentes e profissionais é a de avançar para o novo hospital, de substituição; virá uma resposta em termos de reforço ou de nova inscrição para obras para os hospitais cujos estudos demonstrarem que são uma segunda prioridade e que terão de continuar com um processo de recuperação.

Não sei se respondi a todas as perguntas, mas agradeço as questões que me colocaram e reafirmo que foi um prazer, como sempre, estar aqui convosco.

O Sr. Presidente (João Amaral) — Sr. Ministro, agradeço a sua presença e os cumprimentos que apresentou à Assembleia.

Srs Deputados, lembro que a próxima reunião plenária terá lugar na próxima quarta-feira, dia 12, às 15 horas, que terá como ordem do dia uma interpelação ao Governo apresentada pelo PCP, centrada na qualidade do emprego, designadamente no combate à precariedade, na defesa dos salários e na efectivação dos direitos laborais.

Está encerrada a sessão.

*Eram 13 horas e 35 minutos*

*Faltaram à sessão os seguintes Srs Deputados*

#### Partido Socialista (PS)

Agostinho Moreira Gonçalves  
 Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes  
 António de Almeida Santos  
 Carlos Manuel Luís  
 Cláudio Ramos Monteiro  
 Eduardo Ribeiro Pereira  
 Francisco José Perreira de Assis Miranda

Helena Maria Mesquita Ribeiro  
 José Alberto Rebelo dos Reis Lamego  
 José Aurélio da Silva Barros Moura

José Eduardo Vera Cruz Jardim  
 Manuel Alberto Barbosa de Oliveira  
 Manuel Alegre de Melo Duarte  
 Manuel Francisco dos Santos Valente  
 Manuel Joaquim Barbosa Ribeiro  
 Maria do Carmo de Jesus Amaro Sequeira

#### Partido Social Democrata (PSD)

António Edmundo Barbosa Montalvão Machado  
 António Manuel Santana Abelha  
 António Paulo Martins Pereira Coelho  
 Carlos Manuel de Sousa Encarnação  
 Domingos Duarte Lima  
 Eugénio Fernando Sá Cerqueira Marinho  
 Joaquim Martins Ferreira do Amaral  
 Joaquim Virgílio Leite Almeida da Costa  
 Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto  
 José Frederico de Lemos Salter Cid  
 José Luís Fazenda Arnaut Duarte  
 Luís Cirilo Amorim de Campos Carvalho  
 Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes  
 Luís Pedro Machado Sampaio de Sousa Pimentel  
 Manuel Joaquim Barata Frexes  
 Maria Manuela Aguilar Dias Moreira  
 Maria Natália Guterres Viegas C da Conceição Antunes  
 Maria Teresa Pinto Basto Gouveia  
 Pedro Augusto Cunha Pinto  
 Pedro Miguel de Azevedo Duarte  
 Rui Fernando da Silva Rio  
 Sérgio André da Costa Vieira

#### Partido Comunista Português (PCP)

António João Rodeia Machado  
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas

#### Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP)

José Miguel Nunes Anacoreta Correia  
 Narana Sinai Coissoró  
 Silvio Rui Neves Correia Gonçalves Cervan

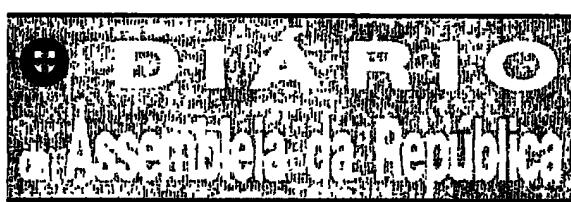
#### Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV)

Isabel Maria de Almeida e Castro

#### Bloco de Esquerda (BE)

Luis Emídio Lopes Mateus Fazenda

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL



Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

1 — Preço de página para venda avulso, 10\$00 (IVA incluído)

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa

3 — O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República

**PREÇO DESTE NÚMERO 320\$00 (IVA INCLUIDO 5%)**

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e assinaturas do «*Diário da República*» e do «*Diário da Assembleia da República*», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 - 1099-002 Lisboa